

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO**

**ACTA Nº 30**

Aos vinte e quatro dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da Sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, Fernando Tavares Marques e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, em substituição dos titulares dos cargos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Artur José Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e Sérgio Costa Esperança.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando António Portela Rocha Andrade e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Joaquim dos Santos Abreu, João Gabriel Ferreira dos Santos, José Maria Dias da Silva e Artur da Rosa Pires, os quais foram aceites e justificadas as respectivas faltas.

Entretanto saiu da Sala o Vogal Branco Pontes.

Continuando no uso da palavra deu nota da correspondência dirigida ao Presidente deste órgão, informando que a mesma se encontra à disposição dos Srs. Deputados Municipais para consulta, no Gabinete de Apoio à Assembleia.

Imediatamente a seguir submeteu à discussão e votação da Assembleia a ACTA Nº 23. Submetida à discussão não se registaram intervenções, posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e quatro votos a favor e três abstenções.

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Branco Pontes.

Neste momento deu também entrada na sala o Vogal Manuel Simões Madail.

Seguidamente a Assembleia votou favoravelmente um período de trinta minutos de antes da ordem do dia.

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, é para focar dois assuntos: é sobre uma notícia que eu li no jornal, nós sabemos que durante as festas da cidade o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, promoveu a descoberta das Pirâmides brancas na freguesia da Vera-Cruz. Como a Junta da Freguesia da Vera-Cruz participou activamente nestas descobertas e neste evento, e, eu li que não correspondia às expectativas aquilo que a Câmara pretendeu. Posso dizer Sr. Presidente que não acho

esta afirmação que vinha no jornal, visto que foi uma festa muito bonita, as gentes da Beira-Mar, viveram activamente esta descoberta às Pirâmides brancas, e, eu queria propôr à Câmara que todos os anos, na mesma altura se fizesse a mesma coisa. Cada vez se poderá fazer melhor, cada vez se poderá fazer com melhor organização, mas aqui o que eu quero deixar vincado, é que realmente foi uma festa bonita, em que as gentes da Beira-Mar, vibraram activamente com esta atitude da Câmara.

Outra situação que eu queria aqui chamar atenção, é que, tem-se falado, ou falava-se e fala-se, que a Câmara Municipal de Aveiro, vai pôr um nome de uma Avenida à Força Aérea, no Bairro das Barrocas, na freguesia da Vera-Cruz, e, tive conhecimento até, que a Câmara está a promover um concurso de ideias para fazer um monumento à Força Aérea, pago pela Câmara. Eu queria dizer Sr. Presidente da Câmara, acho que uma Avenida destas, principalmente uma Avenida destas, que antes de ser posto o nome, eu acho que seria bom que a Junta de Freguesia fosse ouvida.

A outra situação, é do monumento à Força Aérea, na freguesia da Vera-Cruz. Eu queria chamar atenção que já existe um monumento à Força Aérea, em S. Jacinto, e, ainda digo mais, e eu estou à vontade para o dizer, que o que corresponde realmente às gentes e é sensível às gentes de Aveiro, não é o ramo da Força Aérea, o que foi sempre sensível, foi a Base de S. Jacinto e os Aviadores de S. Jacinto, neste caso a Base Aérea 7. Eu faço uma pergunta: será que a Câmara também está sensível a fazer um monumento e uma avenida ao Exército, à GNR, à GF e à PSP?"

Neste momento deu entrada na sala o Vogal João Gabriel Santos, tendo tomado o seu lugar de Segundo Secretário da Mesa.

Vogal Sequeira Pereira:

"Na última reunião eu saí por indisposição física, e portanto não pude participar no debate que aqui foi levantado e dar uma resposta capaz ao discurso que ouvi do Sr. Dr. Vitor Mangerão. Eu não vou discutir os valores e as contas, os valores que foram para aí feitos extraordinariamente. Eu, fui Administrador dos Serviços Municipalizados, durante seis anos, os primeiros três anos estava a tempo parcial, e, foi nessa altura, se não estou em erro, que saíram os Decretos e que se preparou a saída da electricidade dos Serviços para a EDP. Foi um caso

polémico, eu fui sempre contra isso, e, só cedi porque os funcionários eram prejudicados, porque consegui elevá-los no máximo da carreira, e, não era possível pagar-lhes mais, e, se eles passassem para a EDP, todos eles iam ser beneficiados, isto foi uma das razões que me levou a que a integração fosse feita quatro meses antes do que aquilo que eu pensava.

Outra razão foi a força política contrária ao CDS, que também queria a integração, e, queria a integração por uma questão política. A outra razão, foi precisamente porque a Câmara precisava de arranjar dinheiro para fazer passagens desniveladas etc, e o Governo Central não lhe dava esse dinheiro, nem fazia andar os processos, se a electricidade não fosse integrada na EDP. Isto, foi a razão porque eu cedi em fazer a integração da electricidade na EDP.

Também estive três anos ao serviço da Câmara como Vereador, na parte de licenças de obras e loteamentos; nunca tive a interferência de ninguém, fui eu sempre que decidi e, contrariamente àquilo que vêm para aí acusando, dizendo que à influências, disto, daquilo e daqueloutro, nunca ninguém interferiu, eu assumo a responsabilidade de todos os actos que foram praticados em licenças e loteamentos nessa altura - eu era o único responsável. Quando os processos não eram bem informados iam à sessão da Câmara. Quando os processos tinham todas as informações favoráveis, era eu próprio que deferia.

Quanto à dívida da EDP, chegou-se a um determinado limite que eram seiscentos mil contos, esses seiscentos mil contos, eram dados que me dava o Director dos Serviços, Sr. Eng<sup>o</sup> Gaioso, e diz, chegou a hora de estar ela por ela. Acontece que eu queria mais porque queria estar por cima, por isso queria mais quatro meses para negociar com o Governo. Acontece que foi assinado um protocolo, sem haver, havia um levantamento daquilo que existia, mas não havia um orçamento. Quando foi feito o orçamento, suponho que eu já não estava na Câmara, o que é que acontece? como acontece sempre, existiam postes de transformação, existia a rede eléctrica, existia tudo o que existia, continuou a existir e a trabalhar, a maior parte dessas coisas estão a trabalhar ainda hoje, e, a maior parte por exemplo, dos postes de transformação foram considerados como valor zero. Resultado, em vez de serem considerados os seiscentos mil contos, que à partida eram considerados, a Câmara foi logo roubada, é

o termo, não sei dizer melhor. Era isto que queria dizer e também acrescentar - o Dr. Girão, pode ter muitos defeitos, mas tem muitas virtudes. Não sou eu que o vou defender aqui, tem sido o povo que o tem defendido."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Joaquim Abreu.

Vogal Raul Martins:

"A pergunta que eu quero fazer directamente à Câmara, ao Sr. Presidente da Câmara é a seguinte: é se, existe neste momento alguma providência cautelar colocada pela TIR/TIF, ou por alguém relacionado com a TIR/TIF, à Câmara?

Fui informado, embora não possa confirmar esta informação, de que hoje estão a chegar às empresas credoras do TIR/TIF, a declaração de que o TIR/TIF se colocou ao abrigo do regime especial de recuperação de empresas; portanto vai haver certamente problemas a curto prazo, uma vez que se me afigura de todo inviável a possibilidade de rentabilizar aquele activo, e, também pelo que consta, e era isso que eu queria perguntar se é verdade, é que existem por parte de alguns credores legítimas expectativas de verem cobrado o seu crédito, porque haveria eventualmente a documentação entre a Câmara e esses credores, nomeadamente alguns credores privilegiados, em que esses credores deixaram de utilizar o privilégio de que dispunham, porque a Câmara estava a encetar negócios e portanto havia a legítima expectativa de ser a Câmara que iria pagar essas dívidas. Penso que este é um assunto muito grave e pedia ao Sr. Presidente que respondesse com a maior reflexão a esta minha pergunta."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Vitor Mangerão.

Vogal Nuno Tavares:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quando pedi a palavra foi com uma certa expectativa quanto aos oradores que me antecederam, quanto às intervenções anteriores, e, até estava disposto a prescindir dela, enfim por uma questão até de pacificação do clima que se criou um pouco em Aveiro, um pouco ou um muito, mas, o Sr. Eng<sup>o</sup> Sequeira Pereira, que, por infelicidade dele e se calhar nossa também não esteve presente na última Assembleia, veio recolocar e centrar a questão que desde a última Assembleia de facto, nos interessa e de certa maneira aqui trouxe não só

muitos de nós, mas também algum público que aqui está, graças a Deus, hoje aqui presente.


É que o problema que aqui se põe, nem nunca da nossa parte, nem da parte da oposição, e, muito menos naturalmente da parte da bancada que apoia o Executivo, se pôs em causa a seriedade quer dos Vereadores actuais, quer dos passados, quer muito menos do actual Presidente da Câmara em exercício; nem se trata sequer aqui do meu ponto de vista, de apreciar quantitativos, eu não me interessa se há meio milhão, se é um milhão, se são três milhões, não me interessa em primeira linha, porque hoje enfim estamos numa sociedade em que toda a gente deve dinheiro a toda a gente e nós não sabemos onde é que isto acaba. Nós temos que fazer é uma reflexão e uma análise muito séria do ponto de vista de comportamentos éticos, de comportamentos morais, de comportamentos políticos, de comportamentos até em termos de solidariedade para com os colaboradores mais próximos do Sr. Presidente da Câmara em suspensão de funções. E, é isso, que de facto para nós é importante.

Ao Sr. Presidente da Câmara a quem também esperamos que hoje, face a variedade e à diversidade de comentários, de declarações para a Comunicação Social, de conferências de imprensa, de comunicados, nós de facto esperamos hoje que aqui seja feita alguma luz com a frieza que advém de se ter passado quase um mês sobre a nossa discussão na última sessão. E, quero desde já também garantir uma coisa ao Sr. Presidente e que o Sr. Presidente sabe muito bem - das bancadas da oposição, designadamente da minha, nunca faltámos a este Executivo com apoio crítico, sério, cheio de companheirismo e tendo em vista de facto, acima de tudo os interesses da população aveirense. Era isto que se me oferecia dizer para já neste momento."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Em termos breves para pedir um esclarecimento à Câmara de algumas informações que me chegaram, e, na sequência aliás, de três intervenções já feitas anteriormente por mim nesta Assembleia. Chegaram-me informações no sentido de que a Câmara se encontra a discutir no seguimento aliás de posições já assumidas em Agosto do ano passado, uma possível privatização da recolha dos resíduos urbanos



municipais. O assunto preocupa-me, já aqui disse porquê várias vezes, e, preocupa-me sobremaneira porque me dá a sensação, isto sem qualquer acinte especial, mas dá-me a sensação de que a Câmara Municipal se encontra a tentar criar obstáculos a que o assunto seja discutido nesta Assembleia Municipal, ao contrário do que aconteceu designadamente noutras Câmaras, por todo o país, posso citar a Câmara Municipal de Sintra. A preocupação é grande porque me parece que a Câmara se está a furtrar, sob a capa de fazer contratos de prestação de serviços pontuais, a uma coisa muito mais séria que é aquela que em realidade existe, que é a da concessão de serviços públicos, a concessão em matérias que são da exclusiva competência da Câmara Municipal, e em que portanto não poderá haver delegação de poderes, ela já por si será discutível, mais discutível ainda, se ela não vier aqui à Assembleia Municipal para que possamos pronunciar-mo-nos sobre esse assunto. Mas, para além da questão da legalidade pura, que evidentemente qualquer parecer fosse da Comissão de Coordenação da Região Centro, fosse qualquer entidade de outra natureza, por muito positivo que fosse, não traria a essa atitude nenhuma avaliação nem nenhuma avaliação jurídica, isto é, permitiria a qualquer um de nós na mesma, arguir a nulidade de semelhante atitude, porque de contrato jurídico se não trataria, há outra questão, a questão política, a questão das promessas e a questão séria, e, parece-me que num particular período em que toda a gente em Aveiro está com os olhos postos sobre a Câmara Municipal, legitimamente ou não, mas com algumas dúvidas de transparência sérias, sobre o comportamento, parece-me que, tendo a Câmara aqui nesta mesma Assembleia assumido o compromisso, quando arranjou tempo para nos trazer aqui o problema da discussão séria dos resíduos de outro concelho, quando aqui assumiu o compromisso de que nós discutiríamos aqui, até em sessão extraordinária, o problema dos nossos resíduos municipais, de Aveiro, com clareza e transparência, estar a criar obstáculos, sejam eles jurídicos, seja de que natureza forem para que nós não possamos saber o que se passa em realidade, para que os munícipes de Aveiro não possam saber com clareza o que é que se está a passar nessa matéria que ainda por cima vai contender com a saúde pública e, necessariamente com os seus bolsos, porque vão passar a ter que pagar taxas sobre essa matéria, eu pergunto, é isto realidade ou mentira? isto é, em termos muito resumidos, a Câmara

Municipal de Aveiro, se vai tratar dos resíduos urbanos, se vai entregá-los a qualquer empresa privada vai trazer esse assunto aqui à Assembleia Municipal ou não? e tem consciência que não o trazendo está a incorrer em nulidade de direito público invocável por qualquer um de nós?"

Vogal Pedro Dias:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, pedi a palavra neste período de antes da ordem do dia, para referir uma questão que me parece da maior importância, permitam-me todavia que comece por saudar a intervenção que considero, permitam-me ponderada, do Dr. Nuno Tavares, que, com a serenidade que o tempo tráz e de certa forma com a prudência que aconselha um certo bom senso, começou e teve uma intervenção que eu de facto queria saudar, pese embora no meu ponto de vista, tenha começado muito bem, mas terminado menos bem. Começou muito bem do meu ponto de vista porque, salvaguardou a honorabilidade pessoal de todos os autarcas, e, eu penso que isso é bom, penso que isso é muito bom, porque na sequência da nossa última reunião, infelizmente nem sempre isso transpirou lá para fora. Penso portanto que, de alguma forma começou muito bem, tenho pena que do meu ponto de vista não tenha terminado tão bem, porquanto se é verdade que esta Assembleia tem toda a legitimidade para emitir todos os juízos, porque é numa câmara política que estamos, se tem toda a legitimidade para emitir juízos políticos, eu penso que, é discutível, começa por ser discutível que nesta Assembleia tenham cabimento juízos de natureza ética, e, estou certo que seguramente não poderão ter lugar juízos de natureza moral sobre comportamento das pessoas. Mas, ultrapassada esta questão, eu gostava de me centrar na questão fundamental que me levou a pedir a palavra nesta Assembleia, e, a questão fundamental, é uma questão que eu julgava ver tratada aqui, enfim pelos oradores precedentes, não o foi, permito-me portanto trazê-la à colacção. E, a questão é a seguinte, eu creio e sinto a necessidade de fazer este alerta nesta Assembleia, que neste momento Aveiro e o concelho de Aveiro, vou buscar um tema que tem sido o tema da moda infelizmente, neste momento Aveiro, está cercado e está ameaçado em toda a polémica que existe a propósito dos problemas ambientais. Aveiro está cercado a Sul, com uma ameaça efectiva chamada Cardal, venha a localização a ser esta ou venha a ser meia dúzia de quilómetros adiante como ultimamente parece que se



aventa, e, Aveiro está ameaçado a Norte, com a questão da incineradora que foi decidido instalar em Estarreja. Eu, faria o maior gosto em que todas as forças nesta Assembleia, nomeadamente aquelas forças que têm responsabilidades ao nível do poder central, e que costumam invocar nesta Assembleia os louros do poder central, seria bom saber se neste momento, também assumem o passivo, o ónus, que se traduz para o concelho de Aveiro, na decisão da localização da incineradora em Estarreja. E, também seria bom, saber se aquelas forças políticas que frequentemente se têm arrogado a pretensão de vir a ser poder nos tempos mais próximos, concordam com a localização, estão na disposição de sufragar essa decisão, ou se, pelo contrário, entendem que os interesses específicos do concelho de Aveiro, se devem sobrepôr ou se devem secundarizar a decisões de outro tipo. Seria portanto bom, e, da parte da bancada do PP, existe toda a disponibilidade para discutir esta questão se necessário fôr, em ocasião especificamente a ela consagrada, porque penso que é grave, Aveiro concelho está a ser ameaçado, Aveiro concelho está perfeitamente cercado, e, era bom que as forças políticas aqui representadas com clareza dissessem o que se lhes oferece sobre a questão pela nossa parte estamos dispostos a isto, desculpem, é um repto que de alguma forma fica lançado, mas creio que o assunto não pode passar incólume."

Vogal Nuno Tavares:

"O meu bom amigo Dr. João Pedro Dias, disse que eu comecei bem e acabei mal... parafraseando um certo analista político, só faltava perguntar-lhe quantos valores é que me dava. Mas, fez uma afirmação que eu considero grave, é a seguinte: esta Assembleia é política, logo sendo Assembleia política tem que avaliar politicamente os comportamentos. Cuidado com isto...! não tem que fazer juízos de natureza ética, cuidado, quando a política deixa de se subordinar à ética, então não sei onde é que vamos parar, porque, se de facto o comportamento é politicamente correcto, isto é, serve para atingir os objectivos que a corrente política a que se pertence traçou para serem concretizados, e, infringimos valores de natureza ética, então estamos na selva..., eu acho que é muito perigoso, eu dou de barato que não tenha sido isso que o Dr. João Pedro Dias disse, mas quem o não conhecer e quem se limitou a ouvi-lo, fica naturalmente a fazer esse juízo, e, eu quero

aqui salvaguardar que para mim a política sem ética não é nada, e, penso que não tenho dado muitos exemplos em sentido contrário ou em sentido diferente."

Vogal Sérgio Esperança:

"Sr. Presidente, Srs. Eleitos da Assembleia Municipal, muito rapidamente quereria apenas solicitar dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara ou ao Executivo, relativos a questões já levantadas há um mês atrás. A primeira é esta: já tem o Executivo alguma resposta ou alguma informação mais concreta a transmitir a esta Assembleia Municipal, sobre as razões que levaram os Serviços Camarários a proceder à retirada da propaganda política exposta na nossa cidade, nomeadamente do meu Partido PCP, da União Democrática Popular e também da organização sindical CGTP? Isto porque, através da Imprensa, há alguns dias fomos informados que os Srs. Vereadores do PS, teriam levantado a questão, durante uma reunião da Câmara, pondo-se a questão de que haveria provavelmente, ou pelo menos ia ser investigado, ou ser mais profundamente investigado, o problema de haver alguma excesso de zelo de funcionários da Câmara. Isto, como já dissemos anteriormente, é uma irregularidade, é uma limitação abusiva da liberdade de expressão, e portanto, entendemos que esta questão deve ser explicitada à Assembleia.

Dentro também das irregularidades que apontamos ao funcionamento normal do Executivo, também gostaríamos de ser informados sobre qual é a posição que o Executivo tem relativa ao problema, que também já aqui levantámos e que mais uma vez salientamos, porque os esclarecimentos que o Sr. Presidente da Câmara forneceu a esta Assembleia Municipal, não os consideramos totalmente satisfatórios, e, penso que os Aveirenses necessitam de uma melhor informação, nomeadamente aqui nestas reuniões, qual é a posição que a Câmara tem, o que é que a Câmara de facto tem a esclarecer sobre o problema do cheque, chamado cheque "voador", qual é a situação que presentemente existe? os esclarecimentos que o Sr. Presidente da Câmara nos deu, digo, continuam a ser insuficientes, e, pensamos que há necessidade de serem mais conclusivos em relação a esta questão - são irregularidades de quem? da Câmara ou de algum funcionário zeloso também?

Presidente da Câmara:

"O Sr. Barbosa levantou aqui uma questão que eu gostaria de esclarecer que é a relacionada com a descoberta das Pirâmides brancas e a notícia que terá vindo no Jornal, eu quero dizer que não a li, que não valorizou, que não terá valorizado esta acção integrada nas Festas do Município. Não posso discuti-la, sei sim, que de facto em tudo aquilo que se passou, essencialmente naqueles quinze dias da exposição existente no Pavilhão rectangular da Feira, notou-se de facto pouca aderência do público nas visitas aquela exposição.

Relativamente à questão que levantou, de facto eu também não participei, concerteza que foi agradável, foi uma medida interessante em termos de actividades das Festas do Município, vamos continuar com elas e nessa altura divulgá-las talvez melhor, para que não se sinta a fraca aderência do público, mas essa informação que acaba de dizer é da Imprensa, não é minha.

Relativamente à toponímia e ao facto da Junta dever ser ouvida, estamos a tempo de o fazer e conversar depois sobre esse assunto.

Dr. Raul Martins, não há nenhuma providência cautelar sobre a questão do TIR/TIF, há sim, e, isso aconteceu imediatamente com a saída do Dr. Girão Pereira, uma notificação avulsa do Tribunal, procurando saber quando é que a nova Câmara, digamos o novo Presidente, retoma negociações que se vinham efectuando há algum tempo por parte da Câmara Municipal e do Dr. Girão Pereira, nomeadamente. Portanto não há uma providência cautelar. Relativamente a essas expectativas, é assunto que foi tratado comigo depois do Dr. Girão ter saído, e, quando o Dr. Girão saiu, na última reunião de Câmara em que esteve presente e em que participou concluiu-se que não tinham sido criadas as condições necessárias para firmar acordos com compra do TIR/TIF. Porque, a concessão era uma, e não abrangia o funcionamento de um Parque de Feiras ou qualquer outra utilização, e, passou decorreu o tempo, e, nessas circunstâncias não estavam criadas as condições para levar para a frente a ideia que durante este tempo todo se foi encaminhando para que o Parque de Feiras se pudesse instalar no Parque TIR. A partir daí, eu próprio, em conversa com alguns dos proprietários do Parque TIR, transmiti muito francamente a minha posição que era a de, não dar

continuidade de momento às negociações, porque não tinha a certeza se o Parque de Feiras devia de ficar ali ou noutro lado, estávamos a apreciar ainda, não tinha sido ainda aprovado por esta Assembleia o PDM, um elemento importante na definição de espaços e na indicação de uma estratégia em termos de Parque de Feiras, e, logo que isso se consolidasse, então conversaríamos, porque não restam dúvidas que houve intenções nessa negociação. Também entendi na altura, de que, não seria conveniente a negociação, e, a Câmara concordou comigo, em termos do que vinha sendo conversado, seria uma permuta de uma área de terreno com o Parque TIR, também transmiti isto aos administradores, tive uma conversa com dois representantes desses administradores em termos de discussão, e, até hoje, está este assunto nesta posição, Aprovou-se o PDM, resolveram-se outras questões, temos tido o trabalho normal, e, neste momento não sei o que se passa.

Já agora aproveito e deixo a esta Assembleia alguma preocupação que tenho - onde deve ser localizado o Parque de Feiras? fica à consideração de todos nós, a localização do Parque de Feiras, não é um assunto só do Presidente da Câmara, é um assunto de todas as opiniões, e, eu penso que todos nós estamos aqui não para somente nos criticarmos, mas estamos aqui, mesmo com estas perguntas que se fazem, a trabalhar para o bem do concelho e a constituir a realidade e, a estarmos dentro dos assuntos.

Vogal Raul Martins:

"Posso fazer só uma pergunta?"

É se o Sr. Presidente tem consciência de que o objecto do TIR/TIF foi alargado para a possibilidade de realização de Feiras, neste momento?

Presidente da Câmara:

"Tenho consciência, porque passaram-se estes dois meses da notificação avulsa e do Dr. Girão ter saído, de facto foi publicado no Diário da República um despacho que alargou, que criou essa possibilidade de servir para Parque de Feiras. Por isso eu pergunto e ponho a questão - vamos continuar no Parque TIR a pensar nele, ou vamos para outro lugar?"

Sr. Dr. Nuno Tavares, quero agradecer-lhe as suas palavras e, de facto o pensamento e o companheirismo e a maneira como colocou a situação e o comportamento que teve neste momento e a propósito da

discussão que naturalmente vamos continuar a ter, é um contributo grande para a harmonia e portanto para a defesa dos interesses do concelho.

Relativamente aos resíduos urbanos, o Vereador Vitor Silva tem tido a seu cuidado esse processo e por isso dirá mais alguma coisa daquilo que eu possa dizer, porque tem vivido esse assunto dia a dia. A Câmara tem de facto que tomar uma posição relativamente à recolha dos lixos urbanos, e, tem dificuldades imensas com o pessoal para este trabalho, tem dificuldades imensas com o material e o equipamento para esse trabalho. Então pensou que poderia fazer uma avença, fazer uma prestação de serviços por um tempo limitado, sete anos, porque também menos nenhuma empresa se apresentava para o fazer. Posso dizer, que o último concurso que se abriu para pessoal para a limpeza, de seis que concorreram só um se encontra ao serviço. Perante estas dificuldades a Câmara procurou uma solução e, encaminha-se para essa figura, que é a da prestação de serviços, que foi feita por concurso e ao qual concorreram mais de meia dúzia de empresas.

Outra questão que levanta é, se isto é uma concessão ou se é uma prestação de serviços. A concessão não foi, foi feito concurso para a prestação de serviços, pelo período que a Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> sabe, a nós também se pode colocar alguma hesitação sobre este assunto, se devemos ou não trazer esta tomada de posição da Câmara à Assembleia, o Eng<sup>o</sup> Vitor, está dentro do assunto, esclarecerá a parte restante, porque ainda recentemente procurou confirmar junto de órgão que pudesse esclarecer-nos correctamente.

Sr. Dr. Sérgio, eu já disse aqui na última vez, não sei se totalmente, se bem, se não, não nos moveu nem foi nenhum dos Vereadores, nem foi o Presidente da Câmara, que foi propositadamente dar ordens para retirar a propaganda política que na altura estava nas árvores. De certeza absoluta que não houve qualquer ordem. O que há, é uma ordem genérica, de como o pessoal deve comportar-se perante qualquer publicidade nas árvores, e, nesta Assembleia, e há aqui membros que vêm de outros anos atrás, que já aqui foi contestada muita vez a posição da Câmara por permitir que colem prospectos nas árvores, nas paredes, em todo o lado, tem sido ao contrário essa situação. Então têm vindo a ser tomadas lentamente, porque enfim, é difícil, até porque não temos locais apropriados, mesmo que os tivéssemos não seriam

suficientes para publicitar tudo o que se passa nas discotecas, nos bailes etc, porque é um local em que essa publicidade surte efeito e toda a gente procura de um dia para o outro colocar os seus papéis, e, até em cima uns dos outros, já tem havido campanhas partidárias que se colocam os prospectos uns em cima dos outros. Então das duas uma, temos que dar o exemplo, e, não é correcto no nosso entender que se preguem coisas nas árvores.

Vogal Sérgio Esperança:

"Sr. Presidente, desculpe, mas a propaganda não estava de modo nenhum pregada nas árvores!"

Presidente da Câmara:

"Só se é outra então!"

Vogal Sérgio Esperança:

"Não havia agressão às árvores, é bom que isso fique claro, eram pendões, e não eram de modo nenhum pregos!"

Presidente da Câmara:

"Peço desculpa, não sei a qual se está a referir, mas ela tem estado muitas vezes pregada, tem estado muitas vezes pendurada e tem estado colada, de todas as formas e feitios. Portanto das duas uma, ou nós consideramos que aquilo é um local de exposição e nós não contestamos mais, está permitida a publicidade nos troncos das árvores, ou então arrancamos aquela publicidade. Simplesmente, tem acontecido que na altura das campanhas eleitorais, não há mesmo hipótese nenhuma de contornar este processo, e, tem-se sempre permitido. Agora não é defensável, em termos das normas que temos sobre a publicidade, estão dispensados sim de pagar taxas os Partidos na publicidade que colocam a propósito das eleições, estão dispensados de pedir licença, mas não estão dispensados de comunicar. Pode ter havido é, uma questão como disse aqui, dentro da orientação dada, limpar o mais possível, de contrariar a colocação de cartazes sem rei nem roque, e, o pessoal não terá entendido que esta tinha uma outra finalidade merecedora de facto de um cuidado, e retirou-a. Quero dizer Sr. Dr., fui Vereador e tive no meu pelouro a publicidade durante oito anos, e sempre, e o Sr. Salavessa não está aqui, mas ele próprio pode testemunhar, "Sr. Professor, vamos colocar isto, Sr. Professor, olhe que mexeram na tarja", voltava-se a repôr a tarja e nunca tivemos qualquer problema. Portanto não veja nisto, e, a Comunicação

Social, também não pegue nisto para fazer gerrilha, porque não há qualquer motivo para a Câmara estar a tirar a publicidade da Intersindical ou da UGT, num momento que até, pronto é o momento próprio.

Vogal Sérgio Esperança:

"Desculpe Sr. Presidente, só um lamento, é que, é pena que a actual Vereadora não tenha o mesmo comportamento então."

Presidente da Câmara:

"A Sr<sup>a</sup> Vereadora não está cá, e não tenho da parte dela qualquer comunicação, possivelmente pode ter havido qualquer falha e então..."

Relativamente ao cheque "voador", é assim que lhe chamam, não voou para longe, foi para uma Associação Desportiva, já se explicou também aqui o que é que aconteceu.

Ah!, desculpe Sr. Dr., o inquérito relativamente à questão da publicidade está-se a aguardar, quando ele estiver feito poderá então saber-se, se de facto foi isto que eu disse, ou se ouve alguma ordem especial.

Sobre o cheque foi aqui explicado o que aconteceu, de facto, houve um pagamento, houve uma entrega digamos assim, de um cheque passado em nome de um clube, que se destinava a um determinado fim e que foi entregue à pessoa que através do endosso do clube iria receber essa importância. Não foi endossado, e, aquilo que eu sei é que não foi o clube que se recusou a endossá-lo, simplesmente por desencontro, de acordo com a informação que temos, o próprio cheque é levantado pelo Sr. que o transportou, o que não é caso único, em questão de Associações, é preciso pôr o carimbo, é preciso trazer o recibo, vai levando a documentação e traz já carimbado, não é normal, mas não é caso único, numa posição de confiança relativamente à pessoa que o vem trazer acontece que esse cheque como aqui já foi explicado acaba por ser creditado na C.C. Agrícola de Sever do Vouga e aceite pela CGD. Aqui, há de facto um acto não correcto, e, perante isso, neste momento, a verba recebida pela pessoa que teve este comportamento está já devolvida aos Cofres da Câmara, está já depositada na Câmara, e vai retomar-se o processo para que as coisas se processem com correcção, não digo com legalidade ou ilegalidade, com correcção.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Manuel Arede.

Vereador Vitor Silva:

"Esta questão dos resíduos sólidos, já aqui falada mais que uma vez, e, em relação à questão concreta da prestação de serviços, que, segundo as informações que tive e que penso que vão ser confirmadas, pedi um parecer jurídico sobre isso, fizémo-lo pela informação dos serviços, que tínhamos, que era uma prestação de serviços, e, como tal, sem pretender esconder coisa nenhuma, porque estas coisas não se escondem, até porque o concurso foi público, não veio à Assembleia, porque não tinha que vir, o que eu disse que vinha à Assembleia, é outra coisa diferente, é um problema que está a ser tratado, não será bem um Plano Director de Resíduos Sólidos, mas será um pouco isso, tem a ver com aterro sanitário, tem a ver com tudo isto, e que, a Câmara depois a seu tempo, terá possibilidades de, então na altura sim, fazer na globalidade uma concessão desse serviço. Neste momento, penso que não tem condições sequer para fazer a concessão. Mas, aguardamos o parecer jurídico que pedimos, e, se fôr necessário ter que vir aqui à Assembleia, ele virá."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Sr. Presidente, eu não me sinto mínimamente esclarecida, porque eu pus três ordens de questões e não fui esclarecida em relação a nenhuma delas. Pedi um esclarecimento do ponto de vista jurídico, entendendo e deixando esclarecido, que, entendo, aliás não sou apenas eu, que se trata de uma concessão encapotada sobre a forma de prestação de serviços, e, o Sr. Presidente, no pouco esclarecimento que deu, quanto a mim deu ainda mais uma achega, ao dizer que se trata de uma prestação de serviços, contratada sobre a forma de avença por sete anos. Pedi também um esclarecimento de natureza política, embora eu não tenha mencionado essa questão; a política tem a ver com a necessidade ou não de se privatizar essa recolha de lixos, que não foi aqui esclarecido sequer sobre que é que recai; em terceiro lugar pedi um esclarecimento de natureza de transparência, ao perguntar se vão ou não trazer aqui esta questão, esta e não outra, em definitivo, que isso seja esclarecido a esta Assembleia, não foi esclarecido, foi dito que foi pedido um parecer jurídico, não foi dito a quem, nem porquê, nem foi dito, foi dito o contrário pelo Sr. Engº Vitor, se bem percebi, mas já agora gostava que clarificasse, se essa questão vai ser tida pela Câmara efectivamente como



prestação de serviços e não vai ser trazida aqui à Assembleia Municipal?  
entendi isso bem?"

Presidente da Câmara:

"A figura adoptada pela Câmara, é uma prestação de serviços, é uma figura legal. Cumpriram-se as normas. Não está adjudicado porque, entretanto levantam-se as questões que a Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> está a levantar, e, nós estamos sempre atentos quando nos levantam essas questões. Também tivemos essa dúvida, depois de alguma discussão a nível de Câmara, e, por isso, numa atitude de transparência pedimos um parecer à CCRC (Comissão Coordenadora da Região Centro), que aguardamos, e, nessa altura será esclarecido. Não temos qualquer receio em trazer o assunto à Assembleia, estamos a discuti-lo já, poderá vir aqui na altura oportuna. Mas, também se não o trouxéssemos, não seria ilegal, e, se fosse ilegal o Tribunal de Contas recusá-lo-ia. Penso eu, que não há aqui qualquer problema desse género. Poderá é haver o outro problema que a Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> põe, que é legítimo, de tomada de posição, se é isto que interessa ao concelho, se está correcto, discutir depois a oportunidade, podemos discutir o que é que se vai fazer com o pessoal, etc.."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Dinis Correia, tendo ocupado na Mesa o lugar de Primeiro Secretário.

Não se registando mais intervenções, foi dado por encerrado o período de antes da ordem do dia, entrando-se de imediato na Ordem de Trabalhos:

### **PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

Presidente da Mesa da Assembleia:

" A Ordem de Trabalhos desta Sessão, foi interrompida na primeira reunião por necessidade de se clarificar um ponto do que tinha sido afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara. Essas afirmações que o Sr. Presidente da Câmara fez, tiveram talvez depois um eco demasiadamente

exagerado ou não. De qualquer maneira é verdade como já aqui foi dito, que da parte da população houve uma ideia de menos honestidade por elementos da Câmara, actuais ou anteriores. Devo dizer que, em minha opinião e de acordo com o que ouvi, isso foi uma questão de interpretação do que aqui se passou, mas interpretação tanto quanto eu apreciei, das próprias pessoas e de mais ninguém, porque a notícia foi apresentada pelos órgãos de comunicação social, tanto quanto eu sei, continuo a dizer, porque pode haver alguma posição que não fosse assim, traduzindo o que aqui foi dito, e que, na realidade o Sr. Presidente da Câmara, teria afirmado ou teria dado conhecimento de uma situação deficitária da Câmara, de uma quantia bastante elevada, e, havia uma afirmação depois, em alguns órgãos de comunicação que o Dr. Girão Pereira, teria que dar explicações. Isto, que me parece que na realidade poderá ser tido como uma posição certa, pois se há uma situação que merece ser esclarecida, alguém a tem que esclarecer, foi interpretado por algumas pessoas como podendo ser um situação de desonestidade, de corrupção ou de outra coisa qualquer. Portanto as pessoas tiraram conclusões demasiadamente apressadas do que aqui se passou na Assembleia. É de lamentar, porque a Assembleia não julgou quem quer que seja, apenas as situações foram apresentadas e os trabalhos foram suspensos, exactamente para se saber como é que se deveria prosseguir por forma a clarificar a situação, e, então a Assembleia pronunciar-se, se considerar que seja motivo para isso, mas até este momento não se pronunciou sobre coisa nenhuma, unicamente foram levantados os problemas, e, esses problemas portanto terão que ser esclarecidos.

Nesse sentido, houve uma reunião da Conferência de Representantes, exactamente para, de acordo com o que ficou deliberado nesta última reunião, para saber qual a proposta que a Conferência de Representantes sugeria à Assembleia Municipal, no sentido de prosseguir com o esclarecimento da situação, e, o que a CR, concluiu foi o seguinte:

"Os representantes dos Partidos políticos presentes na Assembleia Municipal, reunidos em Conferência de Representantes em cinco de Maio de mil novecentos e noventa e cinco, no seguimento da posição assumida pela Assembleia Municipal, em reunião de vinte e oito de Abril de mil novecentos e noventa e cinco, decidem dar continuidade à reunião da Assembleia Municipal interrompida nessa data, a fim de

recomendarem à Câmara que, como forma mais adequada e idónea, seja realizada uma auditoria por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ou qualquer dos outros meios previstos na Lei, que esclareça devidamente os processos relativos às dívidas existentes, para com a EDP, INH e IGAPHE, na sequência da Comunicação feita pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, na referida reunião da Assembleia Municipal."

Portanto, foi esta a posição tomada pelos líderes de bancada em Conferência de Representantes, que hoje é apresentada a esta Assembleia, como proposta para ser discutida e votada, no sentido de uma orientação a apresentar à Câmara Municipal. É com esta proposta que reiniciamos os trabalhos interrompidos no ponto número um da agenda de trabalhos desta Sessão.

Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Srs. Deputados:

Perpassa entre os Aveirenses um generalizado sentimento de perplexidade, dúvida e até indignação pela forma como os sucessivos executivos maioritários do CDS agora PP tem gerido os interesses do nosso Município.

De facto, num contexto de justificada dúvida sobre a bondade do exercício do Poder (e a recente detenção de autarcas do PPD/PSD ocorrida na nossa vizinha Câmara de Vagos apenas serviu para exacerbar esse sentimento), motiva que quando surgem dúvidas, factos incorrectos ou indevidamente justificados no exercício do poder autárquico, todos nós fiquemos inquietos e sobressaltados e convém, para sossego de todos, que aqui, no nosso concelho, estes assuntos sejam esclarecidos até à exaustão, para que não possam restar dúvidas, para que possamos acreditar naqueles que assumem o poder municipal. Pelo meu lado e da minha bancada tudo faremos para que se faça luz sobre todos os aspectos menos claros da gestão municipal e consideraremos suspeita toda e qualquer tentativa de impedir a clarificação de todos os assuntos que impliquem a gestão de dinheiros públicos.

Poderemos ter, e temos tido, divergências políticas sobre as opções que têm vindo a ser tomadas e que têm paulatinamente conduzido o concelho ao estado de degradação em que visivelmente se encontra.

São divergências políticas ou de políticas que o eleitorado julgará. Nunca toleraremos, no entanto, situações menos claras quando estejam em causa dinheiros que são de todos nós e recorreremos a todos os meios ao nosso dispor até que a verdade seja reposta.

Vem tudo isto a propósito dos recentes acontecimentos sobre um alegado e até então desconhecido buraco financeiro que nos foi aqui apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara Prof. Celso Santos em anterior reunião e sobre o qual a imprensa se tem debruçado abundantemente. O assunto é de tal forma importante que me atrevia a solicitar ao Sr. Presidente que me deixasse isolá-lo dentro das várias intervenções que gostaria de fazer neste ponto da ordem de trabalhos, dando-me a possibilidade de posteriormente usar novamente a palavra para expôr então os outros assuntos que pretendia expôr.

Certo da sua indulgência vamos então sucintamente ao assunto em causa.

Na última sessão desta digna Assembleia Municipal foram trazidas notícias de alguns factos pelo actual Presidente da Câmara em exercício que este, segundo informou esta Assembleia, de todo desconhecia tendo nisso empenhado a sua palavra de Homem Honrado (no que foi corroborado pelo mais antigo Vereador em exercício Eng<sup>o</sup> Vitor Silva).

Entre o inquieto e o desgostoso contou-nos aqui, ressaltando sempre as boas intenções do anterior presidente e agora seu assessor Dr. Gião Pereira, o seguinte:

- Que havia detectado dívidas da Câmara de que não tinha qualquer conhecimento nem constavam de qualquer documento existente na Câmara à altura da sua posse como Presidente da Câmara - e aqui quero dizer que a mais alta funcionária camarária que à altura o assessorava na Assembleia embora instada para o efeito deu, com o seu silêncio, total cobertura às palavras do prof. Celso Santos - dos seguintes montantes e nas seguintes condições: (peço que me corrija se cometer algum erro eventualmente motivado por mau apontamento devido à emoção do momento)

Uma dívida ao IGAPHE que inicialmente seria de 276 000 contos, havia sido reclamada com juros no total de 403 000 contos e que

estaria em fase final de negociação por um valor próximo dos 180 000 contos, pagáveis em 36 prestações mensais de 5 000 contos cada.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, interrompeu para dizer o seguinte:

"Dr. Raul, dá-me licença só de uma chamada de atenção?

Não vai haver oportunidade do Sr. Presidente da Câmara concerteza de dar resposta. Neste momento estamos de facto a discutir esta proposta da Conferência de Representantes, para depois a Câmara dar os esclarecimentos que forem entendidos mais adequados de acordo com a deliberação que a Assembleia aqui tomar. Não quer dizer que não possa fazer a sua exposição, mas certamente não haverá oportunidade de resposta neste momento, haverá concerteza mais tarde.

Retomando a palavra o Vogal Raul Martins disse o seguinte:

"Eu penso que a Assembleia será unânime na decisão de conceder ao Sr. Presidente da Câmara, no fim, todo o direito de resposta, por todo o tempo que pretender àquilo que eu disser.

Como eu estava a dizer, esta dívida teria sido por ele detectada numa visita feita ao IGAPHE em Janeiro ou Fevereiro, tendo sido salientado na anterior reunião ter sido conhecida antes, ou melhor depois da elaboração do Relatório de Actividades.

Uma dívida à CGD resultante de contas com o ex-FFH de que teria tido conhecimento após ter sido confrontado com uma declaração do Tribunal Tributário. Esta dívida havia sido reclamada pelo montante de 1.243.000 contos mas caminhava-se para a sua negociação com a CGD pelo montante de 707 000 contos.

Uma dívida reclamada pela EDP de 1.900.00 contos de "pagamentos de luz" tendo afirmado, neste particular, que durante a sua actividade como Vereador na Câmara nunca lhe tinha competido tratar deste assunto.

Isto foi o que eu aponte, aquilo que no meu entender foi dito, e, peço se houver alguma dúvida sobre isso, que aqui seja trazida a gravação da sessão anterior para que se possa confirmar se isto é ou não verdade.

Ficou assim com estas declarações a descoberto um "buraco" que assume, após as reduções e abatimentos já negociados um valor próximo dos 3 milhões de contos, facto que causou a maior perplexidade e

até repúdio aos membros desta Assembleia a quem nada havia sido anteriormente comunicado e por alterar completamente o quadro financeiro até então apresentado e fazer perigar o já instável equilíbrio de tesouraria da CMA.

Mas se ficámos perplexos com as declarações efectuadas pelo Prof. Celso Santos, mais perplexos ficámos pelas declarações do anterior Presidente e agora Assessor Girão Pereira que, regressado com urgência de Estrasburgo negou a existência das dívidas, mostrando-se agastado com o seu assessorado Celso Santos que acusou de abrir as pernas a prepotências destas(sic). Mais afirmou que, ao invés de dívidas, haveria um débito da EDP à Câmara no montante total de 400 000 contos. Isto é, onde segundo Celso Santos há uma dívida de cerca de 3 milhões de contos há, segundo Girão Pereira a haver 400 000 contos que, de facto, também não havia comunicado ao seu sucessor, e, é uma pena, porque se andam com dificuldades de tesouraria bem valeria a pena receber estes 400 000 contos. Da leitura dos jornais ressalta, no entanto uma grande profusão de indignadas declarações à sua chegada e poucas à saída.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido Socialista tem demonstrado, perante esta situação simultaneamente aberrante e tão caricata que roçaria os limites do ridículo se não fosse trágica, uma posição de coerente serenidade. Isto porque, em primeiro lugar, há muito reconhecendo as capacidades e as incapacidades de quem vem, há quase duas décadas, gerindo Aveiro encara estes acontecimentos como naturais, tão naturais como a natural descoberta da ponta do icebergue de revelações surpreendentes que nos esperam no futuro próximo. Em segundo lugar porque nós, os Socialistas Aveirenses, colocamos os interesses de Aveiro acima dos interesses partidários e consideramos que esta absurda situação pode, como eu vi escrito no jornal, ser lesiva dos interesses do Município podendo comprometer e enfraquecer a posição do futuro executivo camarário socialista nas negociações que terá de fazer para resolver os défices que certamente herdará.

É para todos hoje óbvio, que existe uma tão grande diferença, existe um tão grande antagonismo entre as posições do Prof. Celso Santos e do Dr. Gião Pereira que só uma pode ser verdadeira, donde resulta que um deles nos está a mentir. E se considerarmos que ambos têm capacidade mínima para o exercício do cargo que ocupam ou

ocuparam, custa-nos a acreditar que quem mentiu o tenha feito de boa-fé pois se mentiu de boa-fé temos de o considerar inapto para o desempenho do cargo e exigir a sua imediata demissão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitas têm sido as hipóteses aventadas quanto às razões que poderão ter levado a que um dos líderes municipais do CDS/PP faltasse à verdade. Não vou no entanto fazer nesta Assembleia eco do que já é voz comum.

Queremos contudo realçar que recebemos nesta Assembleia o Prof. Celso Santos de braços abertos, que a sua actuação até esta data não indicia que nos tivesse mentido, e que o consideramos imune a mesquinhos interesses políticos que poderiam explicar essa sua actuação. Uma vez que o Dr. Girão Pereira não assumiu o desafio que lhe fizemos de, aí sentado, explicar a sua indignação o que não é, à partida, bom sinal queremos solicitar ao Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia que dê, de imediato, a palavra ao Prof. Celso Santos para que ele, olhos nos olhos e sem subterfúgios que conduzirão a conclusões desabonatórias, diga se nos esteve a mentir na última Assembleia Municipal ou não. Obviamente que da resposta que der dependerá toda a nossa posição nesta e em futuras Assembleias."

Entretanto o Sr. Presidente da Mesa, referiu mais uma vez que está em discussão a proposta da Conferência de Representantes, pelo que em sua opinião não se poderá alterar ou contrariar o que a CR apresentou como solução para evolução dos acontecimentos. Todavia, se a Assembleia entender que não deve votar a favor dessa proposta da CR, evidentemente que a alternativa será uma explicação pela Câmara Municipal, que poderá ser agora ou noutra oportunidade.

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Sr. Presidente, permitirme-á divergir, eu penso que as explicações da Câmara, designadamente do Presidente do Executivo não são inconciliáveis com esta proposta, antes, pelo contrário são cumuláveis, penso que esta Assembleia terá todo o interesse em haver explicações."

Presidente da Mesa da Assembleia:

"Não digo que não, em todo o caso isso será em última análise, dependerá da posição do Sr. Presidente da Câmara que poderá ter disponibilidade ou não para dar já essa justificação - isso eu não sei,

mas eu vou prosseguir com os outros intervenientes e depois então concluiremos dessa maneira."

Vogal João Pedro Dias:

"É evidente que a bancada do PP, entende que o Sr. Presidente da Câmara deve intervir antes da proposta ser votada. Agora é evidente que antes da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, da mesma forma que a bancada do PS teve oportunidade de se dirigir a esta Assembleia, eu creio que as outras bancadas terão oportunidade de se dirigir, findo o que, o Sr. Presidente da Câmara se deverá dirigir à Assembleia, pelo simples facto, que da mesma maneira que a bancada do PS se dirige à Câmara antes do Presidente da Câmara falar, é nosso entendimento que todas as outras bancadas devem ter o mesmo direito, tão simples como isto.

Sr. Presidente, gostava de intervir relativamente à proposta que foi apresentada da Comissão de Representantes desta Assembleia, dizendo o seguinte: para que não restem quaisquer dúvidas em quem quer que seja, começo por dizer que, a bancada do PP é totalmente favorável a que a proposta seja aprovada, totalmente favorável, com uma pequena ressalva, que permitam desde já a deixe aqui expressa. É evidente que, em nome da transparência que também prezamos e que também queremos, não podemos aceitar de maneira nenhuma que a auditoria recomendada seja feita por outra qualquer entidade que não a tutela, que não o estado, que não a Inspeção Geral da Administração do Território; porque é evidente, e creio que isso será pacífico, que não é qualquer privado, desde logo tenho dúvidas sobre a legalidade da questão, de qualquer entidade privada poder ir fazer uma auditoria a uma entidade como a Câmara Municipal, dou isso de barato, creio todavia que, em nome da seriedade, da transparência tão apregoada, que nós também prezamos, essa auditoria deve ser confiada ao órgão da tutela, que é a Inspeção Geral da Administração do Território. Portanto para que não restem dúvidas, eu queria desde já dizer que somos completamente favoráveis à aprovação dessa recomendação.

Agora, permita-me que interpele directamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, dizendo o seguinte: não é muito o meu hábito ater-me a questões formais ou questões de pormenor, todavia não posso neste momento, até porque é algo muito sério, e porque é algo



Handwritten signatures in the top right corner: "Am", "Deu", and "Pau".

muito grave e importante que estamos abordar, não queria deixar de interpelar V. Ex<sup>a</sup> Sr. Presidente, perguntando-lhe o seguinte: nós estamos num ponto da ordem de trabalhos consagrado à apreciação da Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, eu tenho algumas dúvidas sobre a legalidade da votação deste género, de uma proposta como esta, não estando a mesma inscrita na ordem de trabalhos. Remetia a Mesa para o Código de Procedimento Administrativo, desde já disse e repito que nós somos favoráveis à aprovação da proposta, agora, e seguramente outras vezes que várias vezes têm sido paladinos da legalidade nesta câmara, não deixarão de sufragar este entendimento - os órgãos públicos como este não podem deliberar sobre matéria não constante na ordem de trabalhos. Somos favoráveis, entendemos é que deve constituir um ponto autónomo, se não desta, de uma Assembleia especificamente consagrada a esse tema."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, Srs. Membros desta Assembleia.

Eu não posso deixar de nesta minha intervenção, aliás na sequência da que fiz já na anterior sessão, na altura menos informado, hoje estando já de posse de alguns elementos, de aludir aqui a um ponto que eu considero de extrema importância. Disse que, na anterior sessão, e agora reitero por maioria de razão, que saía daqui de alguma maneira envergonhado, por se estar a fazer um juízo a partir de dados que eram aqui trazidos, não segundo entendi, como perfeitamente certos. Já aqui se disse e depois toda a gente tenta pôr a esponja, é muito simpático, mas as palavras saem e elas ficam indeléveis, informam as pessoas em geral, a comunicação faz eco disso e, quer queiramos quer não tiraram-se aqui conclusões, que verdadeiramente, temos que ser claros, não foram nada abonatórias do nosso anterior Presidente da Câmara, Dr. Girão. Disse na altura que os dados eram escassos, hoje, suponho que tenho alguma razão para ficar mais descontente ainda com o que aqui se passou, porque poderia eu dizer: este raciocínio, estas conclusões são percipitadas, mas agora, dizer assim, mas apesar disso, verdadeiras. Hoje pelas informações que tenho posso dizer que há muita, senão total razão do nosso ex-Presidente.

Passo a expôr: Dívida à EDP, eu digo à partida e vou demonstrar, o Presidente da Câmara como político não pagou e não

pagou bem, porque isso veio em nome do interesse dos aveirenses, apesar de formalmente a EDP dizer que a Câmara devia um certo montante.

Passo a explicar, o Sr. Eng<sup>o</sup> Sequeira Pereira, na altura Vereador do Pelouro, e, há outras pessoas que poderão testemunhar isso, e, na altura isso constou dos jornais, eu também tenho uma leve impressão do momento, a EDP integrou os serviços da cobrança, serviços de distribuição de electricidade que pertenciam às Câmaras em geral. Nessa altura a EDP fornecia à Câmara e havia uma dívida. Havia um património que a EDP iria receber, sobre o qual não havia acordo quanto ao valor, através da lei procurou-se que a EDP integrasse os serviços, sem dar contrapartida à Câmara, a esta, e a outras, as Câmaras opuseram-se e tomaram esta atitude bem patente, que é conhecida de todos e muito legítima - pois se a EDP recebe o património, nós não pagamos, e, a dívida que até agora temos e vamos constituir dívida tamanha que seja equivalente ao valor da avaliação do património transferido. Isto poderá não ser de um contabilista nem de um economista brilhante, mas é seguramente atitude própria de um político como foi o Dr. Girão, de um político como são os políticos do PP, porque um político compete-lhe exercer pressão.

Houve negociações e um protocolo, e, do lado de lá ficaram os Serviços e o património, do lado de cá ficou a convicção de que tudo estava resolvido. Só algum tempo depois, é que a EDP volta com um dado novo - não aceita a avaliação, e a Câmara volta a dizer, pois se não aceita nós não pagamos, e, depois também um despacho unilateral, e hoje julgado pelos nossos Tribunais perfeitamente ilícito e ilegítimo, qualificado de abuso de poder, determinou que às Câmaras, a esta e a outras, fosse descontado no FEF, uma verba significativa, e, hoje, sem juros, acumula 510 000 contos. Devo dizer que recentemente um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, em relação a uma Câmara, qualifica de abuso de poder o acto unilateral, que é o despacho do Sr. Secretário de Estado, ao determinar que na atribuição de verbas do FEF fosse deduzida verba às Câmaras para entregar à EDP por conta da dívida, o que significa que, neste momento, a Câmara de Aveiro e todas as outras têm o direito de pedir ao Poder Central que lhe restitua 510 000 contos e juros que reteve ilicitamente.

Penso que o lado da EDP estará resolvido, mesmo os números acabados, que hoje a EDP apresenta não são nada parecidos com os aqui trazidos na altura pelo Sr. Presidente da Câmara em exercício, mas o Sr. Presidente da Câmara em exercício também tem razão, o Sr. Presidente da Câmara em exercício trouxe aqui esses números, na base de uma informação que lhe foi comunicada pela EDP, e essa informação, como informação é exacta, chegou a notícia, simplesmente hoje sabe-se que não corresponde à verdade.

Quanto ao ex-FFH, ou seja a dívida à CGD, a dívida foi contraída para habitação, pela informação que eu recolhi, essa dívida era de 150 000 contos, dívida que foi contratada à taxa de 6,5%, que eu volto à posição do político, eu se fosse político faria exactamente o mesmo, quer dizer uma dívida na altura a 6,5%, quando a taxa de juro nessa altura rondava, dos depósitos a prazo os 30%, e, da operações activas rondava os 40%. Eu pergunto se um autarca em condições, como deve ser, paga uma dívida que tem a 6,5%, com uma autarquia em lançamento de obras, em investimento, paga uma dívida na altura a 6,5%, para porventura depois ir recolher fundos a mais curto prazo e a taxas de cerca de 40%. Portanto, a atitude positiva foi na altura retardar o pagamento, como aliás, e nisso não houve nada de excepcional no nosso gestor número um, nosso Presidente da Câmara, portanto fez como todas as outras Câmaras. A par disso nesta altura, estava-se creio que numa gestão socialista, e, é sabido e era público, que se lançava a habitação social, dívida essa que não prejudicava sequer a capacidade de endividamento do município, porque como se sabe as dívidas de habitação não entram sequer no cabaz de endividamento. Portanto nenhum prejuízo havia. Essa dívida existia reconhecidamente, entrou cá pelas contas evidentemente, foi autorizado até o empréstimo por esta Assembleia, e, numa altura o FFH extinguiu-se. A dívida passou então para a CGD, que unilateralmente fixa já anos depois a taxa em 29%, e, então abre-se um litígio entre a CMA e a CGD. A CGD queria dívida com taxas de juros a vencer de 29,5% e a Câmara queria manter o contrato a 6,5%. Este é o problema que anda aí nos Tribunais, está a ser tratado, e é esta a explicação que resulta disto.

Eu penso que do ponto de vista político o Presidente da Câmara de então não fez mais do que devia, qualquer político experiente faria exactamente da mesma maneira. Comparando o comportamento e o

procedimento do que foi, com o que devia ser, estou a dizer, em termos éticos, em termos políticos, nada de reparos. Diz-se assim, mas a dívida é avultada...! não é tão avultada como isso, como eu já disse, cifra-se em pequenos números do ex FFH. Mas isso é uma dívida que tem que ser comparada com o que se cá deixa. Dívida que, se hoje, ao fim de uma gestão essa dívida houvesse que ser paga, podia ser paga imeditamente com a simples receita do Cojo, e, se essa não chegasse ia buscar centenas de casas a Santiago, que ainda hoje são do património da Câmara. Portanto mesmo assim, em termos de gestão equilibrada, nós temos que, o dinheiro aplicado é de longe de valor inferior ao do património correspondente deixado, porque lembro que o Cojo não foi uma dádiva, o Cojo foi pago progressivamente e a muita gente."

Vogal Vitor Mangerão:

"Queria começar por enquadrar a discussão, porque estamos na discussão da proposta antes de passarmos à deliberação, como de qualquer proposta aliás, eu gostaria de fazer algumas referências prévias. Em primeiro lugar, estamos aqui todos na primeira sessão, tardiamente, muito tardiamente, resultado da sessão anterior, se calhar para bem, se calhar para mal, se calhar o meio termo, vamos a ver se este espaço de tempo tão dilatado ajuda ou desajuda, e, entretanto geraram-se uma série de situações, que alguns chamam de conclusões, outros de opiniões, ou seja, há um contexto criado e há uma expectativa à volta desta sessão de hoje. Ou se esclarece alguma coisa, ou fica a bagunça ainda maior. Ou acabamos com uma determinada crise pontual, ou estamos apenas no primeiro capítulo de uma crise generalizada, que não sabemos como é que se vai desenrolar, com que novas fases que para aí vem. Este é o problema, e, portanto tudo quanto se discutir hoje, discutir no bom sentido de discutir, ou seja trocarmos ideias, claramente, audívelmente, todos uns perante os outros, responsabilmente. Tudo quanto aqui seja dito hoje em relação aos pressupostos em que esta sessão se está a desenrolar é extremamente importante, e, por isso, ao contrário do que é costume eu não aprovei a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, quando achou que o Dr. Nascimento estava a fazer aquilo que devia competir à Câmara Municipal, não, eu acho que o Dr. Nascimento estava realmente a fazer o seu papel como elemento da bancada do PP, a dar a sua versão dos acontecimentos, baseado em elementos de que dispunha, perfeitamente

pertinente e oportuno, tanto mais que a bancada do PP por razões óbvias sofreu na sessão anterior, aquilo que foi, penso eu, o desencanto de ser apanhado em contra pé, como se diz em futebol, por uma situação inesperada e cuja discussão obviamente eles não puderam controlar, dada a incapacidade na altura de arranjamem argumentos, de improvisarem argumentos, etc., portanto nada melhor do que hoje esclarecer e continuar a assunção da sua própria responsabilidade, porque há aqui uma coisa que é fundamental - aquilo que está em causa, penso eu, está a ser desfocado, quem deve estar mais em causa, também está a ser desfocado em toda esta discussão, pelo menos em tudo quanto eu ouvi até este momento, eu vou já tentar demonstrar porque é que digo isto, antes no entanto, eu disse que ao contrário do que é costume não apoiei a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, em relação ao Sr. Dr. Nascimento, porque normalmente apoio e, eu aproveito para dizer aqui publicamente, que precisamente apoio a forma como têm sido geridos os trabalhos desta assembleia ao longo das suas múltiplas sessões, não foi só agora que houve animação, agora na última, que houve discussão acesa, que houve controvérsia por causa das dívidas da Câmara, da figura do Dr. Girão etc, houve já uma data de sessões graças a Deus, cheias de controvérsia, cheias de animação, com debate político muito sério, com consequências políticas muito razoáveis também, e, sempre a Mesa desta Assembleia, dirigida pelo Sr. Dr. Rogério Leitão, soube, quanto a mim, pautar a sua conduta pelas melhores regras, por isenção e por uma operacionalidade perfeitamente adequada a nós, logo, eu quero aqui dizer publicamente, que declarações que foram feitas, e eu hoje vou dizer os nomes que é para não haver equívocos, e assumo a responsabilidade de tudo quanto digo. O Sr. Dr. Girão na conferência de Imprensa que fez, disse criticamente que o Presidente da Mesa desta Assembleia não deveria ter permitido que tivesse havido ataques à sua pessoa não estando ele presente. Independentemente do conteúdo desta afirmação, que eu comprovei em dois jornais diferentes, e portanto deve mesmo ter sido proferida, que é altamente discutível, se a pessoa só porque não está presente numa coisa política, sendo político se não deve ser referido, se não pode ser atacado, desde que o seja em termos razoáveis, cívicos e políticos, independentemente disto eu quero dizer o seguinte, não senhor, não houve aqui nada que um Presidente de Mesa de Assembleia qualquer,

razoavelmente devesse interditar porque estava a ser demais, porque estava a ser excessivo, porque estava a ser ofensivo, porque estava a ser fora de propósito, não senhor, portanto eu cumprimento o Dr. Rogério Leitão, cumprimento a Mesa e digo podemos nós todos nesta Assembleia em minha opinião, dizer assim, podemos ter defeitos, limitações etc, mas em Aveiro, pelo menos que eu saiba, esta Assembleia Municipal tem funcionado muito bem, e, em larga medida isso deve-se à figura do Presidente da Mesa da Assembleia.

Em relação à Imprensa, é fundamental nós não escamotearmos aquilo que politicamente para nós é muito importante, ou seja a opinião pública, ou seja, o papel da Imprensa é muito importante na divulgação do que aqui se passa, se não fôr a extensão que a Imprensa dá ao que aqui se passa os assuntos podem à mesma ser resolvidos, mas é evidente que não têm dimensão cívica, que é fundamental ou seja, que a população tome conhecimento que os assuntos que lhe dizem respeito são tratados como são tratados, por quem são tratados, e, por outro lado é evidente que a repercussão política que nos interessa a todos partidariamente também não é atingida, porque as pessoas não sabem o que é que se passa aqui. Eu penso que a Imprensa assistiu e relatou, e, não vejo que a imprensa tenha feito, qualquer jornalista tenha feito uma única referência em relação ao que se passou aqui na sessão da Assembleia Municipal que possa ser considerado injurioso para o Dr. Girão Pereira, que tenha introduzido a ideia de uma possível corrupção, de desvio de dinheiros, ou tenha havido aqui qualquer atitude vagamente sequer, confundível com terrorismo político ou com ataques pessoais ou com qualquer outra coisa, não vi isso escrito em nenhum jornal, e aqui, quero relevar o papel da Imprensa nesse aspecto, a Imprensa ouviu e ficou tão embasbacada perante a surpresa como todos nós, e aqui entro na questão de fundo - é preciso não esquecermos, na última sessão da Assembleia vinha a rapaziada da oposição e a rapaziada da situação, à espera de uma ordem de trabalhos e, de repente o Sr. Presidente da Câmara, com o seu ar mais normal, falando no seu habitual tom de voz, com os óculos postos no meio de outras coisas que tinha dito na sua Comunicação do Presidente da Câmara, diz: "também aqui há umas coisas que preocupam a Câmara", e, assim começa o drama, que já vai em dois actos, três actos, é assim que começa a história. O Presidente da

Câmara quem é? para mim o Presidente da Câmara é o Prof. Celso, se até ao dia 17 de Julho o Dr. Girão voltar para cá, o Presidente da Câmara passa a ser o Dr. Girão, mas é o Prof. Celso que é o Presidente da Câmara, e, o Presidente da Câmara, disse-o, foi ele que levantou a questão, não foi a oposição; já andam os bem informados, alguns, da contra-informação a dizer - "isto foi uma manobra do Prof. Celso, ele foi mandando umas biscoitas sobre a existência das coisas, estava à espera que a oposição levantasse o problema para ele depois vir com os argumentos que o Dr. Girão lhe dizia, como disse na conferência de imprensa, e, então a oposição fazia figura de burra na Assembleia Municipal, na Câmara" - vejam lá ao que isto chega! a imaginação das pessoas, portanto não me admira nada que haja pessoas perfeitamente atrasadas mentais, mal intencionadas, ou simplesmente, simples de espírito, ou influenciadas por aquilo que se passa infelizmente por esse país fora, não vou dizer que não, que haja pessoas, só porque se falou num problema de contas, num problema de dívidas da Câmara, tenham imaginado logo outros problemas, bom, mas isso, nós não podemos fazer nada por isso, só podemos fazer uma coisa, é com o máximo de elevação, com o máximo de dignidade e sobriedade, quando aqui tivermos que fazer discussões políticas não entrarmos na demagogia barata e na ordinarice, é o máximo que podemos fazer! agora, impedir que pensem mal a propósito e a despropósito não podemos. Isto, pensa-se já, mas, eu não vou julgar o Prof. Celso por isso, o Dr. Raul Martins, fez uma boa retrospectiva em relação a como as coisas se passaram, não vou entrar em pormenores, em números, em nada disso, eu vou é tentar lembrar-me como é que eu me senti quando vejo o Prof. Celso pôr a questão, e, vi as caras de todas as pessoas, vi a cara dos jornalistas, dos poucos assistentes que cá estavam, toda a gente acreditou que a situação que era aquela, e, quando se insistiu para o Prof. Celso, mas é possível? mas o senhor não sabia? então está a dizer que descobriu isso agora? o Prof. Celso, disse, não, não sabia, O Engº Vitor, não, não sabia, perdoarme-á a D. Rosa Maria, que não está cá hoje, não sabia, então de que é que nós somos culpados afinal? inclusivé a bancada do PP de que é que é culpada? não saber já nesse dia aquilo que o Dr. Nascimento hoje é capaz de dizer? não ter arranjado uns artificios de oratória? não, inclusivé poria em cheque aquele que é o Presidente da Câmara com o qual tem que ter solidariedade. Eu

não quero que destas coisas resultem aquilo que já andam também por aí assim a alimentar - "o Prof. Celso é o Presidente da oposição", daqui a bocado o Dr. Rogério Leitão com mais umas duas ou três dessa coisa, também começam a dizer que o Sr. é o Presidente da Mesa, também da oposição. Não quero, não preciso e não mereço, eu gosto das coisas ganhas no terreno, não na Secretaria, nem na conspiração, não dá gozo, é como seduzir uma mulher às escuras sem ela nunca ver a cara, é diferente, tem que se namorar, ganha-se por mérito, perde-se porque não se conseguiu ganhar, mas quando se ganha ao menos o sabor é total - não é assim que interessa ao PSD. Portanto eu divergia já no outro dia quando o meu companheiro de bancada entusiasmado por aquilo que lhe parecia ser realmente um assunto grave, complexo etc, já começou a ver a possibilidade de uma queda da Câmara, eu divergi neste sentido inclusivé, não! se cair não há-de ser por isto, há-de ser por outra, e por outra e por outra, se cair...! mas se fôr até ao fim do mandato, não cai até ao fim do mandato, aqui ninguém tem pressa!

A questão não é essa, a questão é que nós não podemos desfocar aquilo que é fundamental. Se há uma crise inclusivé de imagem, das instituições, em relação à Câmara de Aveiro, eu sou o primeiro a lastimar que isso suceda. Se houve más interpretações daquilo que aqui foi discutido, eu sou o primeiro a lastimar que isso tenha sucedido, e, fico com a consciência perfeitamente tranquila, de não ter contribuído mínimamente para uma coisa destas. Aquilo que se discutiu, e é aquilo que se consegue ainda continuar a discutir e temos de ir ao fundo da questão, é que não se põe o problema como o Dr. Nascimento agora veio pôr, porque eu até digo, o problema da auditoria, juntámos os elementos dos vários Partidos, na sequência de uma deliberação tomada aqui na Assembleia, e, eu respondo já, que em termos jurídicos não concordo com o problema levantado pelo Dr. Pedro Dias, se é formalmente, rigorosamente possível, em termos do Código de Processo de Procedimento Administrativo, eu acho que sim, primeiro insere-se como deliberação tomada na sequência de um ponto da Ordem de Trabalhos, processualmente é isso, esta proposta não tem autonomia senão relacionada com o ponto da ordem de trabalhos, e, além disso foi tomada por deliberação unânime de todos os representantes aqui presentes, portanto tem mais do que legitimidade processual e política para valer



como proposta, se não, não podia haver propostas no andamento dos trabalhos, só se estivessem agendadas. A questão que aqui se põe é esta, em relação ao Dr. Girão, eu se fosse Presidente da Câmara a dever dinheiro à EDP, eu tinha embora do PSD, a EDP não é do PSD! a EDP pode ser configurada como um inimigo de uma Câmara, como pode ser inimiga do cidadão Vítor Mnagerão, se levarem tarifas mais altas do que aquelas que legalmente estiverem estipuladas, como a Telecom etc, não ponho os problemas desta maneira, e, portanto qualquer Presidente da Câmara se tem maneira de não pagar o que deve e ir protelando o pagamento tudo bem! e, em algum aspecto politicamente pode ser correcto, mas aquilo que se diz do Estado que tem que ser pessoa pública de bem, tem de parecê-lo também, aqui é que começa o grande problema, e, a diferença toda é isto e foi por isso que nasceu todo este grande equívoco. Se o Prof. Celso chegasse aqui e dissesse, meus amigos há uma coisa que estou para vos dizer há uma data de tempo, mas ainda não tive coragem, ainda não tive os elementos todos, ainda não foi oportuno, ma hoje vou dizer, há isto assim etc, etc, o Dr. Girão sempre considerou que politicamente era melhor não pagarmos já porque os tipos não tinham toda a razão, se esperássemos mais um bocado ainda fãmos poupar umas centenas de milhares de contos etc, podãmos discutir ralhar um bocado mas era completamente diferente; nós dizãmos, olha pronto, quem fica a ganhar, fica a ganhar Aveiro, porque não esportelou uma data de dinheiro, o dinheiro ficou cá, e, se agora a Câmara vier dizer assim: era um milhão e oitocentos mil contos que se devia, mas fizemos um acordo e já só vamos pagar quatrocentos mil, eu digo, parabéns! ganhamos nós todos, mas o que fica sempre em causa, é o procedimento do anterior Presidente da Câmara, porquê? e foi essa a grande questão, a um homem que nós recebemos de braços abertos como disse o Dr. Raul Martins, que até ao ponto de alguns dizerem que até já está na oposição, este homem põe-nos a questão desta maneira, nós das duas uma, ou ele nos lançou no engodo e isto parece um romance de "Jean le Carré", de contra informação etc, ou falou com toda a franqueza e nós reagimos também com toda a franqueza, agora vêm-nos acusar de quê? nós andamos a chamar nomes? a querer difamar? a querer denegrir? a querer dar cabo do mito? não! por mais resultados contabilísticos, por melhores acordos que a Câmara faça, mesmo isto, por mais razão que em termos de números que o Dr. Girão

tenha, e, eu não me preocupo com essa discussão de números, há sempre uma coisa que fica e este é o lugar próprio para o dizer e para o discutir e para dizer-mos que não consideramos isso correcto, é que politicamente ele não agiu bem, porque o que ficou cabalmente provado, é que, fosse qual fosse a justificação, fossem qual fossem os números, fosse qual fosse a razão final do Dr. Girão, só ele é que tratou do assunto, e, isto, é o contrário do espírito de solidariedade e de co-responsabilização e de transparência que nós consideramos que é fundamental num órgão autárquico, como no Governo, qualquer que seja o Governo.

Agora, não me venham dizer que um comportamento político deste género que tem que ficar intocável, que não o podemos beliscar nisto, porque as contas não sei quê não sei quantos e afinal acabou por se fazer um acordo. Fez-se um acordo agora, tivessem-no feito antes! sabem os números agora, o Dr. Girão disse-o em conferência de Imprensa, e, entretanto se calhar andaram a estudá-los, mas não foi assim que o problema foi feito.

Houve troca de comunicados sobre esta temática, eu quero dizer que o que fica de fora dos argumentos que entre si se cruzaram, é o fundamental de todo este problema, porque piropos político partidários com umas derivações pelos Governos e outras coisas no género, para as pessoas de Aveiro, isso conta muito pouco, o que interessa é o que resta disto, e, o que resta disto, tem a ver com a razão de ser da proposta que aqui foi trazida hoje e que é muito simplesmente isto: para esclarecimento da verdade, e, temos que nos reportar ao que era a verdade na última sessão da Assembleia, eu não publiquei comunicados, eu não escrevi artigos, eu não fiz conferências de Imprensa para dizer em que é que tinha mudado a minha opinião, portanto eu fiquei parado pública e politicamente na última sessão da Assembleia, e tenho o direito de dizer assim, em relação a essa sessão da Assembleia, o que resulta coerente, é a proposta de uma auditoria, se houver alguma alteração substancial das circunstâncias que leve a uma revisão desta posição, que seja cabalmente demonstrado aqui, quem assumiu a responsabilidade de uma coisa, pode assumir a responsabilidade de outra, agora não me venham dizer que está o problema ultrapassado, porque não é pertinente dizermos tudo quanto temos a dizer hoje para que isto fique devidamente enquadrado."

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Sr. Presidente, serei muito breve, até porque para ser sincero poderia ser tão breve que me limitasse a subscrever na íntegra a exposição do Dr. Mangerão, que penso, traduzirá certamente a opinião de todos aqueles da oposição que aqui estão presentes, e, atrevo-me a pensar inclusivé em indivíduos da situação. Penso que foi exactamente essa a situação que se passou e é a situação que nos tráz hoje.

Relativamente à intervenção de V. Ex<sup>a</sup>a, referente às extrapolações indevidas que terão passado relativamente àquilo que se passou aqui na última Assembleia, nós, afirmamos que não é confundível a dignidade da pessoa com as responsabilidades do político, os ataques aquela são indignidades, as críticas a estas são o salutar exercício da cidadania e o PS não as confunde.

Relativamente ao psico-drama do buraco, porque é de um psico-drama que neste momento somos confrontados, psico-drama esse, que foi trazido aqui a esta Assembleia Municipal pelo actual Presidente da Câmara, em radical oposição como viemos a ser confrontados com versão do anterior Presidente, ambos do mesmo Partido que nos vem desgovernando há anos, resulta claro que o Executivo PP navega à vista, navega porém em dia de cerrado nevoeiro, a culpa não é nossa, a culpa será de quem?"

"Vogal Nuno Tavares:

" Sr. Presidente, eu corria o risco de distorcer a comunicação do meu colega de bancada Dr. Vitor Mangerão, e, limitava-me só a insistir neste ponto - a verdadeira questão, é a que resulta do meu ponto de vista, a uma infracção grave, ao dever de solidariedade que o anterior Presidente de Câmara tinha para com os seus colaboradores mais fiéis, mais leais, ao longo de anos, e, é infracção igualmente grave, ao dever de respeito para com esta Assembleia, enquanto ao longo de anos e anos, escondeu dela factos que pelos vistos assumiam e assumem a gravidade que todos vemos, e, terceira infracção muito grave, é na Conferência de Imprensa, que ele próprio convocou, ter proferido afirmações altíssimamente desprimorosas, descorteses e ofensivas para com esta Assembleia, e, particularmente, para com o seu Presidente, cuja acção foi devidamente, claramente, exemplarmente aqui relatada pelo nosso companheiro Dr. Vitor Mnagerão e com a qual todos nós, situação ou oposição estamos certamente de acordo."

Vogal Rosa Pires:

"Sr. Presidente, eu, face às intervenções anteriores prescindindo da palavra."

Vogal Custódio Ramos:

"Estaria também disposto a prescindir da palavra se, o meu nome não tivesse sido focado pelo menos em três situações; a primeira foi que o Dr. Girão na sua conferência de Imprensa terá citado o meu nome, como um inimigo, eu, confesso, não o tinha a ele como meu inimigo, como não tenho ninguém, nem aos adversários políticos. Acho que as pessoas podem ser adversárias na política e serem amigas no seu relacionamento humano; isso, não me inibe obviamente de emitir opiniões sobre a gestão ou sobre atitudes políticas que qualquer responsável tenha tomado, e, eu tenho o direito de discordar.

Seguidamente foi citado o meu nome na questão da EDP. Eu ouvi com muita atenção as palavras do Sr. Dr. Jorge Nascimento, e, lembro aqui que o que está em causa, é a discussão de uma proposta tendo em vista o esclarecimento da verdade, e, já ouvi da bancada do PP, dizer-se que também pretendem o esclarecimento da verdade, afinal, não sei o que estamos a discutir, parece que estamos todos de acordo, todos queremos é, esclarecer a verdade. Se estamos todos de acordo, penso que o ideal será passarmos à votação.

Antes porém, queria fazer um ligeiro comentário sobre a questão da EDP, é que, para além daquilo que já foi dito, escapa um pormenor importantíssimo, a questão grave da EDP, é que em 82 não foi um político responsável desta autarquia, não foi uma pessoa, nem sequer foi o órgão Câmara que, por si só deliberou tomar aquela atitude política, de entregar a exploração à EDP; o assunto transitou nesta sala, foi presente à Assembleia Municipal, isto é, o protocolo que se invoca, situado na época, passou por esta Assembleia Municipal, porém não foi cumprido. Cumpria então ao responsável autárquico da época, o Presidente da Câmara, expôr o problema à Câmara e, a seguir, vir aqui expô-lo à Assembleia Municipal, ou seja, se num primeiro passo tinha sido o órgão deliberativo quem tomou uma determinada posição política, não podia ser depois uma só pessoa a assumir silenciosamente um determinado tema e mantê-lo assim ao longo dos anos sem qualquer negociação. Acontece ainda que, o despacho que agora o PP vem dizer e

o Dr. Girão também, que é ilegal, inconstitucional, abusivo etc, este despacho é casuístico, diz respeito a uma entidade, não é de aplicação geral e terá pressupostos bastante diferentes. Mas nós não estamos hoje aqui obviamente, a discutir se o montante é de x ou y, porque, eu confesso que não vou pôr em causa, não me compete pôr em causa os números dados pela bancada do PP, não ponho em causa os números dados pelo Prof. Celso e, também não ponho em causa os números dados pelo Dr. Girão, então se não ponho em causa nenhuns e eles são contraditórios, afinal estão todos em causa, ou seja, volta à primeira forma, o que nós queremos é clarificar a verdade, nessa perspectiva, penso que o melhor será efectivamente votar-mos a proposta da Comissão de Representantes, que foi serenamente discutida, pensada e insere-se na ordem de trabalhos num clima de legalidade, sem aqueles inconvenientes normativos que foram invocados no que concerne ao CPA."

Vogal Sérgio Esperança:

"Muito rapidamente, não quero deixar de referir duas ou três questões, é evidente que perpassa pelo meu espírito e penso que nesta Assembleia, uma certa unânimidade ou quase, sobre a necessidade de um esclarecimento completo da situação. Mas, apesar disso já ter sido dito, eu também queria reforçar essa situação - a questão da política do Sr. Presidente, até Julho, Dr. Girão Pereira, do modo como geriu a Câmara, do modo autoritário, do modo como faz a passagem do testemunho ao actual Presidente da Câmara, como não respeita a Assembleia, tem que também ser criticado. E, que me perdoe o Dr. Jorge Nascimento, mas não é possível nesta altura dar a volta ao tema. A questão está, penso eu, para todos nós nesta Assembleia, muito clara - o Dr. Girão Pereira, não agiu correctamente como político, como Presidente da Câmara da nossa cidade."

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, muito rapidamente, porque se calhar já quase tudo foi dito menos aquilo que deveria ter sido dito no início pelo menos, que seriam as explicações do Sr. Presidente da Câmara, que eu estou pacientemente à espera para ouvir desde que se começou a aflorar este ponto, até porque penso que essas explicações me vão deixar completamente tranquilo e descansado em relação a este problema, até porque penso que essas explicações não vão entrar em contradição com

tudo aquilo que aqui foi dito, simplesmente vão realçar a maneira honesta, clara e transparente, como a gestão municipal tem sido prosseguida pelos Executivos do CDS, agora PP.

Um pequeno esclarecimento só, aqueles colegas de Assembleia, o Sr. Custódio Ramos, quando falou no tratamento que não foi prestado à Assembleia Municipal por parte do Dr. Girão Pereira, penso que não será totalmente verdade, penso que há aí um lapso qualquer de memória, até porque, apenas reportando-me à Acta nº 50 de 82, mais concretamente do dia 29 de Julho de 82, dia em que esta Assembleia reuniu com o propósito de aprovar o protocolo de transferência para a EDP, toda esta problemática que aqui se disse estar escondida, está aqui na acta, fastidioso seria estarmos a ler, penso que basta este esclarecimento, o protocolo da EDP consta também desta acta, está anexo a esta acta e diz coisas que para mim não são claras, não são líquidas, que se calhar a Assembleia na altura também se debruçou sobre elas, nomeadamente também não fala em valores, não fala em património, não fala em nada, mas os esclarecimentos quanto ao modo como se processaria a transferência dos equipamentos da Câmara para a EDP, estão todos na acta e, nas várias actas que se seguem, foram objecto de discussão desta Assembleia, o Sr. Custódio Ramos estava cá nessa altura como Vereador, penso que terá sido apenas um lapso de memória, e, estou realmente ansioso e impaciente à espera das explicações do Presidente da Câmara, antes de se votar, como o Sr. Custódio Ramos propôs, esta proposta, exactamente para ir de acordo às palavras do Dr. Mangerão e do Dr. Neto Brandão, de que estas explicações terão que ser necessariamente complementares e terão que ser a base da votação que nós faremos a seguir."

Vogal Raul Martins:

"Como ouvi, o meu colega Diogo Machado estudou profusamente o assunto, já agora gostava que me indicasse no Plano de Actividades e no Orçamento para 95, qual é a página em que vem a provisão para se fazerem os pagamentos destas dívidas, que agora o Sr. Presidente da Câmara está a negociar, aliás, penso que nem as poderia negociar correctamente sem elas virem a esta Assembleia primeiro, porque, é preciso fazer eventualmente uma alteração ao orçamento, para isso."

Vogal Diogo Machado:

"Não foi esse o conteúdo das minhas palavras Sr. Dr. Raul Martins, se quer levar a coisa para esse campo eu poderia explicar-lhe, mas penso que muito mais cabalmente do que eu, o Presidente da Câmara poderá explicar a situação. Se não se satisfizer com a explicação, que eu penso que não será o caso, depois eu..."

Presidente da Mesa da Assembleia:

"Em primeiro lugar, terminadas estas intervenções, eu queria dar uma explicação ao Sr. Dr. Pedro Dias, em relação à interpretação que dou quanto à oportunidade de votar esta proposta. Na realidade, de acordo com o CPA, não se devem votar na Assembleia assuntos que não tenham sido previamente agendados. A interpretação que a Mesa dá em relação a este assunto, não é propriamente desse carácter, porque não é um assunto que está a ser apresentado à Assembleia para uma deliberação concreta em relação a determinada matéria, é por outro lado um assunto que surge no decorrer dos trabalhos, esse assunto é que poderia não ter sido agendado previamente e portanto aí não poderia ser votado, mas não é o caso de facto do assunto não ter sido agendado, o assunto aparece no decorrer dos trabalhos e há necessidade da Assembleia tomar uma posição por forma a prosseguirem os trabalhos que estão em curso. Portanto na nossa interpretação, da Mesa, na realidade é oportuna fazer esta votação e aceitar esta proposta, se, na realidade a Assembleia fôr desse parecer, mas a Assembleia pronunciar-se-á na devida altura."

Vogal Pedro Dias:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, não farei o mínimo finca pé da interpretação da Mesa, apenas levantei um tema que me pareceu pertinente, continuo a tê-lo como pertinente, penso que não devemos confundir a discussão de um assunto com a deliberação sobre um assunto, o que aqui surgiu foi a discussão do tema, e, esse obviamente é livre, coisa diferente é a Assembleia pronunciar-se, deliberar sobre uma matéria não agendada, mas se essa é a interpretação da Mesa, concerteza que não levantarei qualquer problema."

Presidente da Mesa da Assembleia:

"De qualquer maneira parece que a Assembleia desejaria ouvir o Executivo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, antes de tomar

qualquer decisão em relação à proposta. É evidente que, na nossa opinião, isso não seria imperioso e, inclusivamente compete ao Sr. Presidente da Câmara tomar a palavra e dar qualquer esclarecimento ou não se pronunciar, se entender que não seja oportuno, porque a Assembleia tem neste momento poderes, digamos, e, está numa posição de poder deliberar em relação à matéria que está a ser tratada. Em todo o caso, como é pretensão da Assembleia ouvir o Sr. Presidente da Câmara, eu dou-lhe oportunidade de tomar a palavra se entender que o deve fazer."

Presidente da Câmara Municipal:

"Obrigado Sr. Presidente da Mesa, outra coisa não podia deixar de ser feita porque, com a mesma franqueza com que pretendi informar na última reunião esta Assembleia, em termos de informação e ao mesmo tempo em termos de apresentação do Relatório e Conta de Gerência, não podia agora, a propósito de ter sido decidido a votação de uma auditoria ou inspecção a estes assuntos, que ficaram portanto, por aquilo que se verifica e, eu sinto que foram talvez mal esclarecidos na oportunidade, eu não poderia deixar de ajudar a esclarecer estes assuntos, porque tem sido essa a minha maneira de estar e a minha maneira de trabalhar.

Começaria por dizer que não há da minha parte qualquer posição de afrontamento relativamente ao Dr. Girão Pereira, pelo contrário, este facto que ocorreu, tem sido para mim angustiante, na medida em que, dada a amizade que tenho com o Dr. Girão Pereira, não me foi agradável referir a este assunto, nem é agradável de facto discuti-lo. Mas, a responsabilidade que tenho, leva-me a que estas informações sejam prestadas à Câmara Municipal. E, é de facto na Câmara Municipal, na reunião de Câmara que se coloca este assunto em primeira mão, e, coloca-se conforme aqui expliquei, e, eu faço já um parentese, é que, entretanto eu falei de números apresentados pelas entidades que aqui têm sido focadas, mas também disse essencialmente no fim, que estes números não eram os números concretos na medida em que estávamos em negociações com algumas dessas entidades. Isso é importante que não esqueça, porque quando a comunicação social pega neste assunto, pois só coloca aqueles números e não diz que o Presidente da Câmara está a negociar, que teve o cuidado de informar, que teve o cuidado de



esclarecer, que tem sido sempre a posição que tomou, e, entretanto, vamos depois averiguar.

De qualquer modo, eu gostaria de, com serenidade, com a mesma abertura do costume, dizer o seguinte:

No ano de 75, iniciou-se o processo de habitação social em Aveiro, a Câmara Municipal foi chamada nessa altura a intervir na efectuação de escrituras no seu notariado, nas quais eram intervenientes o FFH de Habitação e os proprietários dos terrenos de Santiago.

A Câmara Municipal, substituindo-se ao FFH, dispendeu dos seus cofres em adiantamentos de pagamentos e em indemnizações por expropriações de terrenos, o chamado PIAS (Plano Integrado Aveiro Santiago) o montante de dezasseis mil setecentos e setenta e seis contos, valor que actualizado mais tarde, em 88, pelo agora IGAPHE, atingiam já quarenta e cinco mil quinhentos e setenta e dois contos, a este crédito da Câmara, havia a acrescentar os custos dos terrenos que o IGAPHE adquiriu para a construção dos complexos habitacionais do Caião e Griné, e que, eram propriedade da Câmara. Nesta fase, é isto, eram créditos que a Câmara tinha.

Entretanto, em 77 a Câmara Municipal, contrai empréstimos no FFH para construção de habitação social, vindo a construir em Azurva e Quinta do Canha. Note-se que não tinha exigido os créditos, era um processo que tinha um seguimento normal, era a época do lançamento em força pelo país fora da habitação social. E contraiu portanto quatro empréstimos; um em 24 de Julho de 77, outro em 25 de Julho de 78; outro em 30 Novembro de 78 e outro em 19 de Novembro de 80. Atingiram este quatro empréstimos 120 093 contos. Aqui não houve exigência dos créditos por parte da Câmara e também não houve da parte da Câmara referente ao IGAPHE, nem o FFH também se aprontou a fazer qualquer negociação, o FFH concedeu estes empréstimos normalmente, sem levantar qualquer problema. Decorre entretanto a extinção do FFH de que resultam duas instituições que são hoje conhecidas por IGAPHE e INH.

A Comissão liquidatária deste FFH, informa em 27 de Fevereiro de 85, de que o montante acumulado atingia 207 618 510, são informações unilaterais, vão capitalizando juros, sem nunca retirar os tais créditos que a Câmara tinha. A Comissão liquidatária informa isto e, até diz que naquela data a taxa já era de 29,5%, porque também houve

durante aquele período conturbado mudanças, de ano para ano mudavam as taxas de juros. Em 1 de Agosto 88, a Câmara é considerada pelo IGAPHE, unilateralmente, sem a tal negociação que faltava fazer, devedora já de 293 733 046 contos e este crédito passa no dia 29 de Fevereiro de 88 para a CGD. Note-se que, nesta altura em que se dá a extinção do Fundo de Fomento de Habitação e estes créditos passam para a CGD, ficou sem se negociar a questão do IGAPHE, dos terrenos do Canha etc e, nesta altura a Câmara Municipal e as Câmaras Municipais em geral, recebem um ofício em 21 de Maio de 87 da Associação Nacional de Municípios, que, quanto à regularização dos valores que o ex-FFH deve aos municípios, o Governo vai efectuar o seu pagamento em 88, o que não aconteceu - também aqui há uma paragem nas negociações, aguarda-se que isso aconteça.

Entretanto há da parte da CGD vários contactos a informar da sua disponibilidade para encetar negociações, até que a 25 de Agosto de 93 a CGD recorre à via judicial. A Repartição de Finanças em 3 de Novembro de 93, vem através dos seus Serviços de Execuções Fiscais, apresentar uma nota de citação sobre a Câmara, e, aqui, unilateralmente também, apresenta já 927 786 657 escudos. A Câmara deduziu oposição. Em 11 de Abril de 95, agora já com esta Câmara, a Câmara Municipal, é notificada, e, foi isto que também foi dito à Câmara, para no prazo de 10 dias apresentar uma caução de um milhão e seicentos mil contos. Em 26 de Abril de 95, recebe-se um fax da CGD, e até depois de um contacto feito por mim, de que o global atingia o tal milhão duzentos e quarenta e sete mil contos, e, apresenta a CGD, ela própria, uma proposta com elementos de que se obtém um montante já somente 707 877 contos, sem capitalização de juros à data portanto de 20 de Abril de 95.

Neste momento a posição é esta: há uma proposta da CGD e estamos para, enfim, negociar. Não é neste momento pela Câmara Municipal assumida esta dívida ainda. É assumida a de 293 000 contos quando foi passado o crédito, e porquê? porque os juros que a Caixa vem pondo é muito mais elevado do que aquele que o FFH tinha no protocolo feito com a Câmara. Não há assunção, e, aquilo que eu estou a dizer aqui é um relatório que eu fiz para mim, para trazer aqui, que nem apresentei à Câmara Municipal, portanto a Câmara Municipal não tem conhecimento deste relatório.

Por outro lado, e aqui também por falta de negociação aquela situação do IGAPHE mantém-se. Concluo eu agora que esta negociação, era naturalmente com o Dr. Girão Pereira, pensava em ser resolvida em conjunto, houve sempre uma sequência em termos do entusiasmo da habitação social e, naturalmente como havia crédito, no fim se negociaria tudo em conjunto e encontrava-se portanto uma solução.

Assim, ocorre, a Câmara Municipal mantém os seus créditos relativamente às indemnizações dos terrenos de Santiago, agora acrescida da importância investida nos arranjos exteriores de Santiago e, ainda no valor dos terrenos do Caião e do Griné, como referi. O IGAPHE, por sua vez, vende à Câmara Municipal os seus terrenos em Santiago para a construção da segunda fase, aquela fase nova que está em construção, para a qual também se veio mais tarde a pedir um empréstimo e que não foram criados nenhuns problemas perante a falta das negociações, bem como também vendeu à Câmara o terreno onde estão as Piscinas. O terreno das Piscinas foi vendido por 7 564 823 escudos, os restantes terrenos foram vendidos por 199 000 contos, o que dá 207 mil contos, à volta disso, que a Câmara tinha agora aqui que entrar em contas com o IGAPHE, tinha que pagar estes terrenos e recuperar os tais créditos que tínhamos, e de que falei há pouco. O IGAPHE, apresenta várias situações à Câmara Municipal e, entretanto actua também pela via judicial, isto em 27 de Maio de 92, apontando aqui já 184 mil contos que se devia, tendo a Câmara deduziu a oposição também, portanto o assunto foi tratado como fizeram muitas Câmaras, só que outras tomaram atitude de reagir mesmo com a acção, contra a mudança e alteração nos juros, outras aguardaram essas decisões também.

A Câmara contesta, agora já em 13 de Setembro de 94, para clarificar bem, já com esta Câmara, já com a ausência do Dr. Girão, que se encontrava com o mandato suspenso, a Câmara contesta invocando não terem sido considerados nas contas os seus créditos, é aqui que de facto eu próprio tomo conhecimento concreto da situação. Em 25 de Outubro de 94, a Câmara apresenta novos valores ao IGAPHE, tendo como meta para solucionar o assunto na nossa contestação. Em 12 de Dezembro de 94, chega-se a um acordo de ofícios, não aceite nessa data ainda, até porque a Câmara só aprovou em 95, que feitas as contas aos créditos e aos débitos de cada um, de 169 439 contos, portanto abatendo

a capitalização de juros relativamente aos 245 mil contos; ficou então decidido, já em 3 de Fevereiro de 95, é que se terminam estes contactos, esta negociação, porque ela tinha ficado pendente, então o IGAPHE e a Câmara aceitam e concordam na estabilização da dívida em 180 mil contos, para não estarmos a pagar durante os três anos juros, capitalizou-se um juro e consolidou-se a dívida em 180 mil, e o protocolo vem a ser assinado já em Abril finalmente.

Entretanto também se recebe uma situação para uma caução pela via judicial de 250 mil contos.

Pode assim concluir-se o quê? que em 21 de Fevereiro de 89 o débito da Câmara para o IGAPHE era de 199 mil contos, como disse, mais os 7 000 mil dos terrenos; em 5 de Agosto de 94, o débito atingia 245 mil contos, unilateral como digo, em 12 de Fevereiro de 95 com as negociações ficou em 180 mil contos.

E o ex-FFH e a CGD? em conclusão, como disse, contraiu-se aqueles empréstimos de 120 mil contos; em 29 de Fevereiro de 88 são transferidos os créditos para a CGD, são 293 mil, de acordo com a informação; em 20 de Abril, comunicam-nos que já vai num milhão e duzentos e quarenta e sete mil contos; depois fazem-nos uma proposta nesta data de 707 mil contos, que não está assumida pela Câmara. Neste momento estamos dispostos a conversar e a negociar mas não assumimos ainda esta dívida, porque não concordamos com ela também, por causa dos juros, vamos negociá-la o melhor possível.

A EDP, como já foi aqui esclarecido, e, aqui é que não há negociação nenhuma, há apenas uma reunião que se fez com o Eng<sup>o</sup> Vitor, que esteve presente nessa reunião, com os representantes da EDP, em que eles apresentam um conjunto de elementos para conversação, também aqui não há assunção da dívida por parte da Câmara, comunicamos em determinada data, unilateralmente que devemos um milhão e novecentos e dois mil contos, e, entretanto, coloca-nos agora neste espaço de tempo, até porque a Câmara não pára, a Câmara tem que ir em frente, e, encontrar as soluções, as melhores, as possíveis, para que não seja prejudicada, e deste conjunto de elementos deduz-se, se viermos assumir esta dívida, que feitos os créditos e os débitos, há apenas 430 mil contos, para a EDP; mas também nessas negociações a efectuar a seu

tempo, informar-se-á das conclusões, porque também há créditos a haver pela parte da Câmara, em termos de rendas e da concessão.

Quem fala verdade? é esta a questão que aqui foi posta. Os 245 362 contos do IGAPHE, a Câmara é informada pelo ofício 5 918 de 3 de Agosto de 94; os números encontrados como já disse, e, esta negociação foi feita, são de 180 mil contos. A CGD, informa por fax, de 26 de Abril de 95, o tal milhão e duzentos e quarenta e três mil, como eu aqui referi e está nos ofícios. Hoje apresenta na mesma altura, logo a seguir setecentos e sete mil contos, a EDP por ofício 3995 de 12 de Janeiro de 95, faz referência ao tal milhão e novecentos e dois, pronto, é isto, quem é que mentiu? foi o Dr. Girão que mentiu? não! foi o Prof. Celso que mentiu? também não!

Agora, eu fui talvez conduzido, com a minha maneira de estar, de franqueza e de também de saber que aqui se discutem as grandes causas, e, o respeito que me merece esta Assembleia, depois de ter feito a primeira negociação relativamente ao IGAPHE, as coisas tinham que ser colocadas desta forma e tinham que ser clarificadas. Não houve aqui qualquer posição de antagonismo com o passado, mantenho aquilo que disse relativamente ao desconhecimento concreto destas situações, porque não era do meu pelouro e de facto o Dr. Girão foi tratando, tratou-as com a melhor intenção e, ainda hoje, eu penso que a Câmara Municipal deve debater devidamente estas duas últimas situações, ou seja, EDP e CGD. Quero dizer que agora os elementos são diferentes em termos de discussão, até porque os 527 000 contos que a EDP recebeu, de acordo com um despacho, que agora foi considerado inconstitucional, relativamente a acções desencadeadas pelas Câmaras de Valongo e de Fafe, esse FEF, foi considerada inconstitucional a retenção desse dinheiro, naturalmente que temos que ver também quais são os juros e quais são as situações que este dinheiro tem. Queria deixar esta informação, este relatório, era o meu dever falar sobre isto, desdramatizar também aquilo que aqui foi dito, possivelmente na altura não me esclareci bem, não fui suficientemente claro, mas a verdade é que eu disse aqui, que estes ofícios, estes números, eram aqueles que tinham sido comunicados à Câmara, aqueles que eu tomei conhecimento, aqueles que eu mostrei à Câmara, mas também disse aqui, que de facto não havia negociações com a CGD, nem com a EDP. Portanto neste momento a Câmara irá

desenvolver aquilo que fôr necessário para bem do Município em termos destas duas situações, porque a outra era diferente destas, a outra, era de facto troca de terrenos, permuta de terrenos, etc..

Queria também referir, e, estamos de acordo em que haja essa consulta a este processo para que fique tudo muito claro, mas queria dizer, que a Inspeção Geral de Finanças, esteve nesta Câmara, desde 10/11/83 a 9/02/84, fazendo um trabalho reportado aos anos de 79/82; a Inspeção Geral do Território, durante 29/04/91 a 6/09/92, esteve nesta Câmara e fez um trabalho referente aos anos de 86/89 e de 90/92; a Inspeção Geral de Finanças, esteve aqui em 21/03/94, a 29/07/94, reportando-se o seu trabalho aos últimos cinco anos, de 90 a 94, e, não encontrou matéria de crime.

Continuo a afirmar aqui, que aquilo que de facto faltou foi a informação anual no Relatório, das negociações que se estavam a fazer. Que fique claro que a negociação com o IGAPHE foi firmada na gerência do ano de 85, não podia ser incluída no Relatório de 84, as outras duas estão em negociação, não é reconhecida ainda a dívida, não podia incluir-se nos orçamentos do Relatório de 84, nem de 85.

Peço desculpa da demora, mas acho que não poderia deixar de esclarecer, é isto, eu peço também a consideração pela boa vontade que pus na última reunião, fui depois de certo modo, também um pouco ultrapassado, mas estava preocupado se não me deixassem já hoje falar para esclarecer esta situação desta maneira, e, naturalmente aceitar o que aqui foi proposto da auditoria."

Enretanto saiu da sala a Vogal Virgínia da Silva Veiga.

Vogal Sérgio Esperança:

"Depois da comunicação que o Sr. Presidente Celso Santos nos acaba de fazer, depois dos esclarecimentos que não tinha capacidade ou possibilidade de nos dar na outra Assembleia, eu gostava só de saber, em que gabinete ou em que gaveta é que foi descobrir todos estes elementos que agora nos traz, ou será que o Dr. Girão Pereira, finalmente informou o Executivo?"

Presidente da Câmara:

"Os documentos não estavam fechados num cofre."

Vogal Raul Martins:

*Rui Barros*  
*João*  
*Rui*

"Não há dúvida nenhuma que, ouvido hoje o Prof. Celso Santos, quem o ouviu no último dia e quem o ouve hoje, sei lá, é caso para dizer que quem tem um assessor tem tudo, quem não tem assessor não tem nada. O Prof. Celso Santos, eu acredito nisso profundamente e, não tenho razões nenhuma para pensar o contrário, não sabia exactamente, positivamente nada sobre as dívidas, os números que aqui apresentou eu apontei-os, tive o cuidado de apontar integralmente todos os números - nenhum dos números, salvo setecentos e sete mil contos, nenhum dos números confere; todos os números hoje são diferentes! e, há obviamente, Sr. Prof., isso tenho de lhe dizer com toda a frontalidade, há aqui um caso em que o Sr. Prof. faltou à verdade, e, faltou à verdade e isso para mim é muito grave. Porque, já que o Sr. Prof. disse o resto, também podia ter dito isso. O Sr. Prof. disse exactamente na última sessão que só teve conhecimento da dívida do IGAPHE, numa visita que tinha feito ao IGAPHE, em Janeiro/Fevereiro de 95, antes da elaboração do Relatório de Actividades, porque eu questionei-o por esses aspectos e por essas coisas não estarem incluídos no Orçamento e em Relatórios de Actividades, hoje soube pelo Sr. Presidente, que o Sr. afinal, em Setembro do ano transacto, tinha mandado um ofício, e, em Dezembro do mesmo ano, tinha oficiado. Portanto não é verdade, como o Sr. disse e, a acta há-de transcrever, que apenas teve conhecimento da dívida do IGAPHE, em Janeiro ou Fevereiro de 95.

Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Dr. Raul Martins, eu penso que estamos a brincar com palavras e que não tem grande interesse. O único assessor que ajudou a fazer este relatório está aqui (Rui Barros), ele é que colheu os elementos e eu passei-os para o papel pela minha mão e depois voltou-os a passar à máquina. Se querem acreditar muito bem, se não querem acreditar, não tenho mais que estar a discutir estas coisas... já ando aqui quase há um ano a ouvir que tenho um assessor no Dr. Girão, ele até se prontificou a vir aqui, posso lhe dizer, e, até se prontificou a ir à Câmara, eu é que entendi que não devia de ir - as coisas são assim, eu peço-lhe que acredite nisto. O que eu quis dizer na última sessão, não é o conhecimento só em Janeiro, assumiu-se em Fevereiro, mas de facto já vinha sendo discutido no Verão.

Vogal Raul Martins:

"Não é verdade!"

Presidente da Câmara Municipal:

"Então peço-lhe muita desculpa, mas fui eu que me enganei, aí então fui eu que me enganei."

Vogal Raul Martins:

"Eu aceito, de facto o que o Sr. Prof. disse, é que só tinha tido conhecimento em Janeiro/Fevereiro.

Quanto ao facto do assessor, eu reporto-me a uma notícia no jornal "Girão Pereira, passa a assessor da Câmara de Aveiro".

Presidente da Mesa da Assembleia:

"Dr. Raul Martins, desculpe, a informação do jornal não interessa para fundamentar."

Vogal Raul Martins:

"Eu queria prosseguir, gostaria de perguntar e depois se me respondem ou não no fim, se, o Dr. Girão Pereira, é ou não a qualquer título, assessor da Câmara de Aveiro, mesmo a título gratuito que seja, porque penso que é a posição que ele neste momento tem na Câmara de Aveiro, pelo menos foi a posição que publicamente anunciou.

Mas, continuando naquilo que estava a dizer, eu nunca fiz, e, tenho aqui escrito aquilo que disse, para não haver qualquer engano, nunca fiz juízos de valor ou juízos políticos, quanto ao nascimento das dívidas, ou se foi bem ou se foi mal. O que eu disse aqui e mantenho, é que, o Sr. Prof. Celso Santos, nos trouxe aqui conhecimento de dívidas que ninguém conhecia e apontou determinados valores; e o Sr. Dr. Girão Pereira, de Estrasburgo, gritou bem alto, atenção que não são nada dessas dívidas! parece que o estou a ouvir - esses indivíduos não percebem nada disso, lá tenho de eu ir para pôr aquilo em ordem, porque senão aquela Câmara não se aguenta. Penso que foi esse mais ou menos o raciocínio que aconteceu, e, inclusivamente disse: "e lá o Presidente da Assembleia Municipal, havia de ter intervido porque deixou dizer nomes, fartaram-se de me chamar nomes e eu não mereço isso tudo", aliás disse, "o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permitiu acusações graves contra mim nas minhas costas, e, sem qualquer tipo de reprovação da sua parte" foi isso que ele disse. Quanto ao Presidente da Câmara, disse outras coisas, mas não vale a pena a gente estar aqui a repetir-se.



De facto, e reportado à reunião anterior, é óbvio que hoje o Sr. Presidente traz os números todos, também é engraçado, como é que se andou este tempo todo, já desde o ano passado, com ofícios e contra ofícios até acertar os números, eu só queria perguntar é se, houve alguma variação de números por ofício, entre a comunicação que nos fez a esta Assembleia e a data de hoje?"

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Élio Maia.

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que a questão central neste processo, é um procedimento que tem a ver com falta de transparência.

As declarações do Dr. Girão e, as declarações do Prof. Celso, são contraditórias, entre aquilo que nos foi apresentado hoje, e, eu estou em crer que aquilo que nos foi apresentado agora corresponde à realidade. Pelas informações de que dispunha, a verdade é que foi dito muito coisa antes, relativamente a isto que de facto não tem nada a ver com a realidade. Gostaria de deixar aqui alguns esclarecimentos adicionais, porque parece-me que pairaram no ar de uma maneira um bocado superficial.

A questão da decisão do Supremo Tribunal Administrativo, que se reporta à Câmara de Valongo, não tem a ver com a reclamação de uma dívida ou de qualquer número por parte da Câmara de Valongo, não tem nada a ver com isso, e, se a Câmara está à espera disso para ir buscar dinheiro, que se desengane. O que houve foi um acórdão relativamente a um despacho em tempos produzido pelo Sr. Secretário de Estado da Energia e pelo Sr. Secretário de Estado do Planeamento, relativo à homologação de uma Comissão arbitral, em que participavam um membro da Câmara, um membro da EDP e um membro do Governo; e, isso foi entendido inconstitucional, porque foi uma intromissão do Governo numa área que era da exclusiva competência dos Tribunais. Não está em causa portanto nesta matéria, se vai haver a reposição de dívidas ou reposição de transferências que foram oportunamente efectuadas pelo FEF, não é nada disso que está em causa.

A questão do FEF, não houve nenhuma retenção por despacho, até porque não é por despacho que se retêm verbas deste montante. Isto está consignado em sede de lei orçamental, e, é o

orçamento de Estado que dá competência para que estas deduções sejam efectuadas. E, foi assim que foram deduzidos 523 mil contos.

Agora, há aqui uma questão - porque é que a Câmara em todo este processo, não procura de facto salvaguardar da melhor maneira os seus interesses, sabendo que o montante das dívidas supera claramente o montante das amortizações que são efectuadas através do FEF, e que portanto isto é uma bola de neve, a dívida está sempre a acumular e, hoje a dívida é muito maior do que era em 88, é praticamente o dobro, porque é que a Câmara nunca tratou de zelar efectivamente pelos interesses de Aveiro de modo a estancar os juros? é que resolvendo o problema do diferendo, chegando a acordo, automaticamente paravam de ser debitados juros, e, a Câmara sempre ocultou esta questão. Eu penso que isto é grave! se a Câmara tem chegado a acordo já em 92, quando surge a Portaria 90B/92, que institue o novo regime da iluminação pública, a Câmara tinha um regime muito mais favorável, e, isso quer dizer que desde 92 até à nossa data, não só teria pago toda a iluminação pública que deve, como ainda teria recebido a título de compensação um diferencial de cem mil contos. Se a Câmara está tão aflita com dinheiro, foi uma má gestão, o não ter procurado o acordo, porque está claramente a ser prejudicada ao manter-se o esquema antigo.

Quanto à questão das Inspeções que foram aqui efectuadas, não sei se sabem, mas eles não podiam encontrar absolutamente nada por uma razão muito simples - não é por aquilo que disse o Dr. Girão, ou por aquilo que ainda ninguém disse, é que de facto a Contabilidade da Câmara, é uma contabilidade de Caixa, só é registado o que entra e só é registado o que sai; se fosse como nas nossas empresas, em que há contabilidade de compromissos, naturalmente uma retenção do FEF daria lugar a um lançamento correspondente, e, aí qualquer pessoa que não precisa de ser a inspecção, nós aqui, ficaríamos a saber que havia algo como contra partida. A questão de fundo é esta! não é porque a Câmara deixe de reconhecer, naturalmente podem vir aqui mil inspectores, e, como isto é uma contabilidade de Caixa, nunca têm oportunidade de ver nada, a grande questão é esta e, eles sabem isto! mas porque é que não dizem a verdade? porque é que andam a dizer que não está nas contas porque nós não admitimos a dívida? a dívida não está nas contas! não há nenhuma dívida que esteja nas Contas de Gerência! ou há alguma? isto além de

mais, meus senhores, é ignorância e a gente não pactua com ignorância. Esta questão é fundamental, quando a gente procura esclarecer e, estamos aqui todos a procurar esclarecer, encontrar com bom senso uma solução para a Câmara Municipal na defesa dos interesses da Câmara Municipal, na verdade somos confrontados com uma teia de ignorâncias, porque se as coisas fossem devidamente explicadas naturalmente não estávamos hoje a ouvir aquilo que já devíamos ter ouvido há muitos anos. É apenas isto que eu gostaria de realçar e, não deixo de reconhecer o mérito ao Prof. Celso, que, tarde, mas apresentou um Relatório como deve ser, mas que não exclui naturalmente aquilo que foi proposto e muito bem, que é uma auditoria por uma Sociedade de Revisores."

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Simões Madail.

Vogal Raul Martins:

"É só para um pedido de esclarecimento ao meu colega Olinto Ravara. Considera que uma vez que não constam dos documentos de Caixa, como é óbvio, porque a Contabilidade é uma Contabilidade de Gerência, não considera que deveriam estar incluídos nos Orçamentos e nos Planos, para no caso de se virem a tornar previsionais e efectivos no período subsequente haver provisionamento para essa verba?"

Vogal Olinto Ravara:

"É evidente que sim, a grande falha não está ao nível das Contas de Gerência, está ao nível dos Relatórios de Actividades, porque é fundamental que o Município a qualquer momento saiba qual é o montante das responsabilidades do seu Município para poder fazer contas ao futuro. O que neste momento nós estamos é confrontados com a eventualidade de se chegar a um acordo e, oxalá que se chegue, e que tenha esse acordo por hipótese um milhão de contos para a Câmara pagar, e, não venham dizer que é agora afectar, vamos vender o Cojo e vamos pagar - não é assim! nós precisamos de saber de que maneira é que os Planos de Actividades vão ser afectados e de que maneira é que os nossos Orçamentos vão crescer em termos de despesa, e, é preciso saber como é que os vamos pagar, e, isto até é particularmente importante, neste ano de 94 que passou, que foi precisamente um ano onde houve uma derrapagem monumental nas receitas, é particularmente grave neste ano."

Presidente da Câmara:

"Estou de acordo com o que disse o Dr. Olinto Ravara. De facto essa informação devia de constar dos Relatórios, mas não no Plano de Actividades, porque não havia consolidação da dívida."

Vogal João Pedro Dias:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Queria começar por dizer que a intervenção do Sr. Prof. Celso, esclareceu-nos, dissipou algumas dúvidas com que tínhamos saído da última Assembleia e, sobretudo desmontou uma coisa que, principalmente pela parte da bancada do PS e pela voz do Sr. Dr. Raul Martins, foi tentado praticamente desde a última sessão desta Assembleia, e que era criar uma divergência, criar uma clivagem, entre o Presidente actual e o Presidente anterior da Câmara Municipal. Isso nós constatamos que não foi conseguido e, vemos um pouco em desespero de causa, o Sr. Dr. Raul Martins preocupar-se porque o Sr. Presidente da Câmara falta à verdade, porque diz ter conhecimento da dívida em Janeiro/Fevereiro quando afinal já teve em Setembro.

Que falta à verdade é esta? comparada com outras faltas à verdade que ouvimos vindas do mesmo membro da Assembleia relativamente a outros números aqui apresentados. Mas basicamente pretendeu-se criar uma divergência que felizmente não foi conseguida entre o actual Presidente e o anterior. É evidente que há aqui um lapso que é assumido, e há aqui um erro que é assumido, e eu creio que é pacificamente assumido por todas as bancadas. É que de facto, estas situações de conflitos, chamemos-lhe assim, deveriam estar previstas, ou deveriam ter sido mencionadas nos Relatórios de Actividades - não nos Orçamentos, porque enquanto existe uma situação de litígio, não existe uma dívida e portanto não se pode orçamentar uma dívida que ainda não foi aceite e, como não podemos orçamentar uma dívida que ainda não foi aceite, essa dívida não pode estar prevista no Orçamento. E, chegamos à conclusão que é o que está acontecer, ou que, é o que poderá acontecer já a partir deste ano, que a partir do momento em que há um acordo, então há que procurar se há ou não há cobertura orçamental para as verbas que foram acordadas e, essas sim reconhecidas, e, se houver cobertura orçamental as verbas serão pagas, e, se não houver cobertura orçamental obviamente que haverá que proceder em consequência, alterando-se os orçamentos na parte a isso relativo.

Portanto não me preocupam nada as contradições que foram apontadas por parte do Sr. Dr. Raul Martins, pese embora ele possa vir-me acusar de estar a falar sobre matéria que não domino, eu peço à Assembleia que releve essa falta, desde logo em atenção por exemplo, às vezes que também já o ouvimos falar sobre matérias que ele não dominava.

Relativamente à intervenção do Sr. Dr. Olinto Ravara, sinceramente surpreendeu-me, tenho que o confessar que me surpreendeu, porque entendia ao arrepio de outras intervenções que aqui hoje foram proferidas também pela sua bancada. E, quando o Sr. Dr. Olinto Ravara vem falar em contradições entre o Presidente actual e o anterior, permita-me que lhe diga que não sei se as contradições não serão maiores entre intervenções que já ouvimos hoje na sua bancada e aquela que o Sr. Dr. acaba de fazer. Não sei, se não haverá contradições maiores, por exemplo entre reclamar ontem a demissão da Câmara, e, hoje vir-se aqui constatar que afinal há falhas mas, valha-me Deus, daí a ter essas consequências... enfim...

Portanto eu queria só fazer esta intervenção, sintetizando desta maneira, pela nossa parte estamos esclarecidos e, desde já antecipo, vamos votar favoravelmente a proposta elaborada pela Conferência de Representantes, embora com uma pequena nuance que, depois em sede de declaração de voto não deixaremos de anotar."

Entretanto saiu da sala o Vogal José Alberto Martins de Carvalho.

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, caros colegas:

A forma como decorreu até agora esta Assembleia, pode sugerir, sobretudo a quem não esteja aqui como parte integrante de qualquer uma bancada, que estará na mente da bancada do PP, começar desde já a trabalhar numa estátua ao Dr. Girão, ou eventualmente a um conjunto escultórico, foi o que surgiu mais evidente, um conjunto escultórico do grupo Dr. Girão/Prof. Celso Santos. E, essa não é naturalmente a ideia que continua no meu espírito, eventualmente da minha bancada, eventualmente das restantes bancadas da oposição. Nós partimos para esta discussão de dois elementos prévios - um deles passou-se rigorosamente nesta sala, foi a última Assembleia Municipal,

uma discussão que colheu de surpresa os deputados Municipais, como colheu de surpresa a cidade e, depois desenvolveu-se a partir de alguns elementos que, desde a última Assembleia surgiram a público, dos quais, o mais importante é, naturalmente, uma Conferência de Imprensa da pessoa visada nessa Assembleia, o Sr. Deputado Europeu, Dr. Girão Pereira.

Pouco se falou dessa Conferência de Imprensa, já foi citada por duas ou três vezes, mas suponho que esta Assembleia tem a obrigação em legítima defesa, de a comentar e de a analisar, não só a Assembleia em conjunto a começar pelo seu Presidente, mas também alguns elementos desta Assembleia considerados individualmente.

Analisei o melhor que pude o relato que considero fidedigno dessa Conferência de Imprensa, tive que o ler mais que uma vez porque me surpreendeu profundamente o seu conteúdo, apesar de numa primeira leitura parecer um conteúdo inócuo, uma simples contradição e legítima defesa de um elemento que tem muito peso político nesta região, um homem que foi sufragado várias vezes pelo eleitorado, um homem que hoje representa o seu Partido e o país naturalmente, no Parlamento Europeu.

Essa Conferência de Imprensa tem fundamentalmente duas partes: uma em que resume a situação de dívida, fundamentalmente tudo aquilo que a Câmara deveu e que foi aqui citado, ficou resolvido porque de um lado há um Secretário de Estado que actuou ilegal e prepotentemente e, há mais dois credores da Câmara que usaram também de prepotência política e de ilegalidade jurídica e, portanto, a questão das dívidas está resolvida.

Na segunda parte que me pareceu de todo em todo inesperada, incompreensível, eu tive que realmente ler duas vezes. A parte fundamental da Conferência de Imprensa no que diz respeito à apreciação que o Sr. Deputado Europeu fez da Assembleia Municipal que decorreu nesta sala, recordo que a Assembleia Municipal é o órgão político democrático de base, é por aí que começa todo o ordenamento democrático da nossa Constituição, o Sr. Dr. Girão Pereira, diz a certa altura, que na Assembleia houve aproveitamentos indecorosos e indignos, e que, em alguns casos houve terrorismo político. Confesso que esta mudança radical da discussão em termos democráticos que ocorreu aqui

na Assembleia, entre quatro bancadas que se atacaram e que se defenderam de uma forma elevada, de uma forma exemplar, de uma forma respeitosa, e, como tal foi perfeitamente conduzida e consentida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi classificada desta maneira, porquê?

Não percebi francamente como é que há esta mudança qualitativa do diálogo democrático, da discussão democrática, para o ataque de terrorismo político.

Como eu sei que se trata de uma pessoa muito competente, muito experiente na luta política, eu procurei uma explicação para este ataque completamente descabido e, na continuação do relato do jornal que eu terei oportunidade de apresentar à Mesa e peço o favor que seja arquivado juntamente com a acta desta sessão. Na sequência da referida Conferência de Imprensa aparece aquilo que julgo ser a explicação deste ataque absurdo, de terrorismo político, que aliás o PP não está isento desta culpa, num comunicado que saiu na sequência da Conferência, recorta o termo terrorismo, já desta vez sem terrorismo político, apenas terrorismo simplesmente, terrorismo sem adjetivos, igual ao que se passa por exemplo no Japão ou no Yokoanda, só terrorismo, não há terrorismo político, no comunicado do PP só se fala em terrorismo. E porque é que é lançada esta acusação absolutamente absurda, descabida, chocante? que está em total desacordo com o clima vivido na passada Assembleia, um clima de debate político frontal e franco, que mereceu da parte dos Srs. Deputados do PP, referências deste tipo: "saio daqui de alma reconfortada pelo que se está a ver hoje nesta Assembleia, foi uma Assembleia clara, foi uma Assembleia crítica mas transparente, que mostra a frontalidade que a situação merece, o PP defende para este país a mesma frontalidade e a mesma transparência política que surgiu nesta Assembleia".

Mas porque é que há este ataque disparatado? é porque na mesma conferência de Imprensa se pratica um acto de pré-terrorismo que não é político, é mais do que político. Na mesma Conferência de Imprensa são fornecidos elementos para a elaboração de uma lista negra que a Imprensa ao outro dia publica, nessa lista negra aparecem os nomes de fulano, cicrano e beltrano do PSD, e de fulano e cicrano do PS. Isto meus Srs, passei a minha vida militar a lutar contra o terrorismo - isto define-se tecnicamente como a primeira fase do terrorismo, ou seja a identificação

dos alvos, e a Imprensa colheu a lista negra anunciada pelo Sr. Dr. Girão Pereira para fazer uma lista negra, que ainda não foi desmentida por ninguém. A Assembleia Municipal tem a legítima defesa de perguntar se de facto esta lista negra é para ir para a frente? se há mais fases do processo terrorista que estejam a ser planeadas ou eventualmente se já estão em curso? eu tenho a legítima defesa de perguntar e exigir que a Assembleia accione todos os meios de protecção política, quer ao órgão democrático que é a Assembleia, quer aos elementos que estão citados na lista negra. Devo-vos dizer com toda a franqueza que quando isto foi publicado nos jornais, a minha família pediu-me para nunca mais viver de porta aberta como é meu uso. Peço Sr. Presidente da Câmara que arquive e faça constar da acta desta Assembleia, o Jornal onde são publicadas estas transcrições da Conferência de Imprensa."

Vogal João Pedro Dias:

"Sr. Presidente, gostava de fazer um pedido de esclarecimento em relação à intervenção do Sr. Deputado Cruz Tavares, e que é tão simples como isto: gostava de saber se o Sr. Deputado Cruz Tavares, está a falar a sério ou está a brincar com a Assembleia?"

Vogal Diogo Machado:

"Respeito integralmente o testemunho emocionado do Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares, respeito também quando ele pede que esta Assembleia accione todos os meios de protecção política, predisponho-me desde já na sequência do seu pedido a esta Assembleia que accione todos os meios políticos necessários para a defesa desses ataques terroristas. Então já amanhã se assim desejar dou-lhe a gravação na íntegra da Conferência de Imprensa dada pelo Dr. Girão Pereira, na sede do PP, na qual não foi por uma única vez citado qualquer nome de qualquer deputado desta Assembleia Municipal. Este penso, é o melhor meio para o Sr. Eng<sup>o</sup> se defender politicamente dos ataques terroristas. Aqui deixo também uma crítica ao órgão de Comunicação Social que publicou a "lista negra" e desafio esse mesmo órgão a vir à sede do PP, ouvir a gravação da Conferência de Imprensa e dizer-me a mim e a quem quiser ouvir, onde é que estão os nomes proferidos e aí publicados como "lista negra".

Entretanto saiu da sala o Vogal Custódio Ramos.

Vogal Jorge Nascimento:



"Sr. Presidente, desejava ser esclarecido sobre o que é de facto, em que se concretiza aquilo que o Vogal Cruz Tavares chama de "lista negra?" eu não conheço lista negra nenhuma! o que é que lhe permite afirmar que há "lista negra"?, "onde está a lista negra"? e então que a leia!"

Vogal Cruz Tavares:

"A lista negra é minha, a palavra é minha, lista é do Dr. Girão, o título da lista é: "Inimigos Tradicionais".

Só não disse o nome das pessoas por uma questão de decência."

Vogal Jorge Nascimento:

"Como eu não conheço nome de pessoas nenhuma e não existem, eu insisto no meu pedido, sob pena de dizer que o Sr. tráz aqui falsidades e falácias.

Vogal Cruz Tavares:

Sr. Presidente, eu leio com toda a tranquilidade se V. Ex<sup>a</sup> assumir a responsabilidade da segurança pessoal destas pessoas, foi por isso que eu não as disse."

Presidente da Assembleia:

"Se são esses que estão publicados pode lê-los, porque o problema é o mesmo."

Vogal Cruz Tavares:

"Os nomes que vêm publicados e que eu citei na minha intervenção por fulano, cicrano e beltrano, são os seguintes: Vitor Mangerão, Olinto Ravara e Cruz Tavares, do PSD; do PS, Custódio Ramos e Raul Martins."

Vogal Vitor Mangerão:

"É-me grato fazer uma intervenção sobre este assunto, não era sobre isto que eu queria falar quando há bocado me inscrevi, ponhamos de lado o outro assunto, acho isto mais importante do que pode parecer à primeira vista, porque, leva-nos para um enquadramento desta problemática que pode ultrapassar ou deixar esse medo que se ultrapassa em Aveiro, os limites de uma razoabilidade que até ao momento não temos razão para crer, ou para desejar que seja ultrapassado.

Li todos os jornais, normalmente, com toda a serenidade, que tocaram na descrição das várias fases deste processo. Li obviamente

aquilo que saiu no Diário Regional, e, eu vou dizer os nomes, porque não tenho receio nenhum de dizer os nomes e, até acho que é absolutamente adequado, tal e qual como em Tribunal quando se quer fazer prova, que se diga os nomes. Foi o Diário Regional que escreveu, noticiando aquilo que o jornalista considerou que era as conclusões da Conferência de Imprensa do Dr. Girão Pereira e, *ipsis verbis*, a parte que está em causa o que o jornalista escreve, diz assim: mas as críticas movidas pela oposição não escapam a resposta. Os principais comentários terão sido dirigidos pelos seus inimigos "tradicionais", depois diz-se assim; entre eles estarão Vitor Mangerão, Olinto Ravara e Cruz Tavares do PSD e Custódio Ramos e Raul Martins do PS. Houve aproveitamento "indecoroso e indigno" e, em alguns casos "terrorismo político".

Eu, por amor à verdade e até por aquela pechazinha que tenho, atávica, às coisas do jornalismo, eu devo, sinto-me na obrigação de aqui dizer a minha opinião sincera - desde o primeiro momento, considerando que o Dr. Girão, não referiu nomes, e, estou muito à vontade porque o disse no café, no meu grupo de amigos, desde o primeiro instante, iclusivé, o Custódio Ramos já cá não está, quando vi o Custódio Ramos chateado com esta leitura, eu disse ao Custódio Ramos, não é essa a interpretação que eu faço - quem supõe, extrapola, considera, pelo conhecimento que tem do que se passa aqui na Assembleia, que, os inimigos "tradicionais", que isso sim o Dr. Girão terá referido, neste caso em que o Dr. Girão estaria a pensar, eram do PSD fulano e fulano, do PS, fulano e fulano, foi o jornalista que pensou, completou o pensamento no que estaria implícito o pensamento do Dr. Girão, foi a interpretação que eu fiz, até pela maneira como o jornalista escreveu, porque está entre aspas, o jornalista manda-nos o recado, foi dito *ipsis verbis*, portanto o Dr. Girão falou: "inimigos tradicionais", não os disse; falou de: "indecoroso e indigno aproveitamento", também não tenho dúvidas, "terrorismo político", também não tenho dúvidas, agora focar nomes não! e, acrescento aqui hoje, conheço suficientemente bem o *modus faciendi* político do Dr. Girão, para saber que só num paroxismo completamente frenético é que o Dr. Girão arranjará um nome destes numa Conferência de Imprensa - nem pensar nisso... o Dr. Girão, assumiu-se do ponto de vista técnico, dando justificações para as contas, as que arranjou, portanto as que tinha na altura, do ponto de vista político para o exterior, arvorando, exagerando

até onde pôde a sua figura, como figura vítima de ataques e portanto, interessava-lhe dizer que houve aquilo que ele chama aqui de "aproveitamento indecoroso e indigno, terrorismo político" e críticas ao próprio Presidente da Assembleia, isso eu acho que faz parte da maneira do Dr. Girão, trabalhar estas questões, agora nomes? nunca me passou pela ideia.

Mas aceito perfeitamente que outras pessoas a começar pelo meu companheiro Cruz Tavares não tivessem lido assim nem têm obrigação de ler.

Devo também dizer que, pelo menos a mim e ao Sr. Custódio Ramos, porque ele me disse, o Dr. Girão teve o cuidado de telefonar, três dias depois de isto ter saído, a dizer que não tinha falado de nomes. O Dr. Girão fez este esclarecimento e, quanto a mim está esclarecido.

O que falha, e isto é que é importante, e é aqui que eu quero chegar porque as fitas de gravação não valem nada, é que isto, não estou a culpar os jornalistas por escreverem assim, porque o jornalista escreveu dentro do que é razoável um jornalista escrever; agora, o Dr. Girão é que se não fez o desmentido chegar ao jornal, fez mal, porque não basta telefonar a um ou dois, e certamente não telefonou a todos, e isto é muito importante, e o meu colega Cruz Tavares, certamente não recebeu telefonema nenhum e não sei se o Dr. Raul Martins recebeu, portanto só posso falar por mim e por outro, e, se ele não fez o desmentido formal para o jornal aí acho que fez mal, ou se o fez e o jornal não o publicou, aí já não é nada comigo, é um problema do Dr. Girão e o jornal, quanto a esta questão era tudo o que se me oferecia dizer de momento."

Vogal Cruz Tavares:

"Não tenho fisicamente receio em relação a este problema, porque estou convencido que ainda não chegámos à fase, nem o Dr. Girão, nem quem lhe meteu na cabeça essa história do terrorismo, que já estamos numa fase de escolha de Campo Pequeno ou escolha de mandantes, não tenho essa preocupação! mas o que me preocupa são as pessoas que leram isto, são pessoas de boa fé e que acreditaram durante anos e anos numa pessoa chamada Girão Pereira, essas pessoas não tiveram nenhum desmentido e vão ler isto."

Vogal Rosa Pires:

"Sr. Presidente, caros colegas:

A minha intervenção vai sobre uma ideia principal, e depois duas questões, duas reflexões, que me parecem que se devem fazer neste momento, mas, antes disso, muito breve, gostava de dizer que partilho da indignação do Engº Cruz Tavares, em relação à forma e aos termos em que o Dr. Girão se referiu a esta Assembleia, e, se por um lado este assunto se deve desdramatizar, por outro lado há um humor fácil que eu acho de gosto duvidoso e portanto gostava de deixar este ponto muito claro.

Não estive cá na sessão em que estas revelações foram feitas, mas gostava de dizer o seguinte: a ideia que me ficou era por um lado a existência de dívidas de valores avultados e por outro havia o desconhecimento das dívidas da parte inclusivamente do Executivo e de pessoas que trabalharam próximas ao Dr. Girão, e, a Assembleia Municipal sentiu-se enganada porque isso deveria constar, devia de ter sido do conhecimento da Assembleia Municipal há muito tempo. O que eu quero aqui dizer é o seguinte: não é novo para muitos de nós que de facto o Dr. Girão, várias vezes e de várias formas enganou esta Assembleia e a comunidade, enganou com um PDM que devia de ser um documento estratégico, devia de ser um documento partilhado por muita gente, e, o próprio número dois, o Prof. Celso, não conhecia a essência do Plano do PDM, isto, é uma forma de enganar o futuro de Aveiro; enganou por exemplo, quando decidiu ir embora para Bruxelas, depois de ter assumido o compromisso de ficar cá. O que é que é grave nisto? o que é que causou a preocupação?, e, este ponto eu gostava de o sublinhar - foi a escala, foi a dimensão do que aconteceu! as pessoas às tantas acreditaram que aquele modelo de gestão podia ter criado uma situação que praticamente inviabilizava o próprio Executivo, o montante de dívidas era tal, e, era possível que acontecesse, e, eu fico pasmado com a reflexão que se faz sobre este assunto, mostrou-se que um dado modelo de gestão centrado numa só pessoa que toma os cordelinhos todos pode ser extremamente gravoso para um concelho, como é que aqui se fala em hossanas? aquilo que se devia dizer é, este modelo de gestão nunca mais! nunca mais porque pode ter efeitos perversos gravíssimos! esta é que tem que ser a tónica, não vale a pena esconder! e, fico surpreso com algumas pessoas com reconhecida capacidade intelectual e política, escamoteiam esta questão por interesses meramente partidários, não estava a vê-los

obviamente agora a desencadearem um ataque, mas estava a vê-los a ter consciência disto e tornar público esta consciência para que não se repita no futuro uma situação que podia ser extremamente gravosa para Aveiro.

Julgo que o que aconteceu acaba por minar, não digo destruir, mas acaba por minar a legitimidade deste Executivo. O Prof. Celso, teve o cuidado e a seriedade de dizer quando tomou posse, que ele sabia que não era o Presidente eleito, que não era ele, tinha sido outra pessoa, e, agora o que se torna óbvio, ou vai tornando óbvio, não para a opinião pública, eu estou a falar sobretudo para os membros do Executivo, é que, havia questões que estavam dissimuladas e que eram importantes para a gestão Camarária, e portanto o Prof. Celso não foi eleito por ele próprio, foi eleito sobretudo pelo carisma, pela confiança que se punha num determinado homem, foi assim que foi eleito, constata agora que parte desse carisma é aparente e não real. Há questões dissimuladas de importância grande para o concelho, e, isto obviamente não é suficiente para a opinião pública, mas quem está no Executivo tem que saber que está não por direito próprio por um lado e está com base em aparências, isto representa sobretudo uma responsabilidade enorme. Se lá está sem ter legitimidade, com a legitimidade a ser minada e vamos ver o que é que o futuro próximo outras novidades nos vai trazer - se lá está assim, pode continuar, mas tem que mostrar ser capaz de ter uma gestão eficaz para o nosso município - fica portanto o teste da eficácia da gestão, porque então está a prestar um mau serviço.

Segunda reflexão e última, é que eu julgo, pelo que hoje aqui pude assistir ao longo desta sessão, que provavelmente está reduzida a eficácia, senão a própria eficiência do Executivo, e está por uma questão simples; as questões que se põem ao concelho são graves, já aqui temos vindo a dizer isso, todos nós há muito tempo, o Prof. Celso vai precisar da oposição para nos unirmos todos à volta de questões chave que o Município tem em aberto. Para poder ter a oposição, o Prof. Celso tem que pôr em cima da mesa as dificuldades que encontra - não pode escamotear - uma questão simples, vamos ver como é que vamos planear a cidade, vem aí o Plano de Urbanização, não vale a pena discutir compromissos antigos um a um! não há nada como pôr os compromissos todos em cima da mesa, ver como é que a cidade ficava com aqueles compromissos, e depois dizer - meus senhores isto não pode ser! tem que se ter a visão

global, se vai um a um, ganha-se aqui um andar, aqui outro, destrói-se a cidade. Para pôr estas questões todas em cima da mesa vão aparecer compromissos que o Dr. Girão assumiu, muito provavelmente, se calhar ao arrepio do restante Executivo, e o que é que vai acontecer? O Prof. Celso vai sentir esta necessidade de pôr em cima da mesa e de comunicar à oposição, e vai ter uma barreira se o procedimento se mantiver como hoje, do próprio PP, que não quer que isso aconteça, e, continua a endeusar o mito do Dr. Girão. Se isto se passar, vai haver instabilidade política dentro do próprio Executivo e com o Partido que o apoia e, isto vai reduzir a eficácia deste Executivo e, é Aveiro que sai prejudicada. São estas preocupações que eu gostava que estivesse na mente de todos nós. O que se passou foi um alerta grave para o modelo de gestão, e, preocupa-nos seriamente em relação às consequências para a gestão futura deste município. Isto tem que ser levado muito mais a sério, do que se ter ganho uma batalha, do que se ter ganho uns quantos pontos e uns menos pontos. Gostava que isto ficasse em acta exactamente assim, porque são preocupações que eu tenho e que julgo que poderão influenciar, se não forem devidamente tidas em consideração, poderão influenciar negativamente a gestão do concelho e os interesses dos Aveirenses."

Entretanto saíram da sala os Vogais Fernando Marques e Élio Maia.

Vogal Carlos Santos:

"Sr. Presidente, esvazia-se um bocado aquilo que eu queria dizer, depois desta boa intervenção do Prof. Rosa Pires, mas eu gostaria de deixar a minha opinião pessoal sobre algumas coisas que aqui se disseram.

Achei graça àquilo que a bancada do PP disse, tentando explorar as divergências que há na bancada do PSD, e, quando disse que o depoimento do Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares tinha sido um depoimento emocionado, eu direi que foi um depoimento sentido. Concordo com aquilo que o Dr. Vitor Mangerão disse em relação aos nomes, não acredito que o Dr. Girão tenha pronunciado os nomes, mas devo dizer o seguinte e que é a minha opinião sobre o que penso sobre a Conferência de Imprensa, que o Dr. Girão fez.

Considero-a perfeitamente ridícula, e porquê? quem falou em dívidas não foi a oposição, quem falou em dívidas foi o CDS. Considero que é absolutamente primário fazer críticas como foram feitas à oposição, e, acima de tudo atirar para o Governo as responsabilidades da gestão Municipal, é perfeitamente primário e ele também não poderia dizer outra coisa.

Em Aveiro, não acredito nos terrorismos, os Partidos nunca dividiram as pessoas, as pessoas têm a sua opção política, as pessoas não se perseguem. Considerei perfeitamente ridícula a Conferência de Imprensa, que o Deputado do Parlamento Europeu fez aqui em Aveiro, e que não acrescentou rigorosamente nada na minha opinião, àquilo que aqui foi dito."

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, a proposta elaborada pela Conferência de Representantes, a qual faz parte integrante desta acta, vindo a mesma a merecer aprovação por vinte e oito votos a favor e duas abstenções, sendo uma do PSD e uma do PP.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal João Pedro Dias, nos seguintes termos: - "A bancada do Partido Popular na Assembleia Municipal votou favoravelmente a proposta emanada da Conferência de Líderes visando a recomendação desta Assembleia no sentido de serem síndicados os factos em análise por iniciativa da Câmara Municipal formulando o desejo expresso e explícito de que, aceitando tal recomendação, a Câmara Municipal opte por confiar a sua concretização às instâncias da tutela, com recurso às figuras da sindicância ou do inquérito, recusando liminarmente que a sua efectivação seja confiada a qualquer entidade privada - em nome da transparência que desejamos e que cremos como um dado adquirido pelo actual executivo municipal na pessoa do seu Presidente e de todos os Vereadores de todas as forças políticas representadas na Câmara Municipal de Aveiro."

Da Vogal Ermelinda Clara Ribeiro, nos seguintes termos: - "Abstive-me nesta votação não por considerar o assunto da máxima

importância e mesmo grave no tocante à transparência da gestão municipal, mas por entender, que exactamente por isso, foi abordado sem a devida ponderação, reflexão e responsabilidade.

Aliás se elementos da Assembleia profissionalmente preparados para apreciação destes casos tiveram dificuldades em abordar e compreender o assunto, eu responsabilmente não poderia estar contra ou a favor só porque me fosse exigida disciplina.

Assim espero com o meu voto icentivar os Senhores Deputados Municipais e Executivo a que de futuro em outros casos se use da máxima informação e transparência."

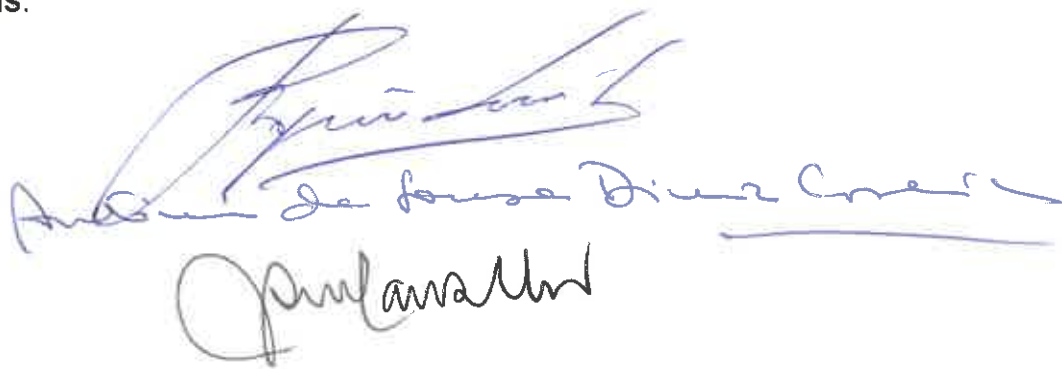
Do Vogal Cruz Tavares, nos seguintes termos: - " Votei a favor, recomendando e privilegiando a hipótese de uma auditoria de Revisores Oficiais de Contas, particulares, e, pondo de lado a hipótese da Tutela, lembrando que a Tutela é visada nas acusações contraditórias feitas pelo Sr. Dr. Girão Pereira, portanto é parte interessada no processo."

Fazem parte integrante desta acta, o Relatório produzido pela Conferência de Representantes dos Agrupamentos Políticos e ainda o "Diário Regional de Aveiro" de 95.05.03.

Dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram, 1Hora e 40 minutos do dia 25.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



Paulo Cunha  
Paulo Cunha